

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Modalidade a Distância

BRASIL, 2014.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Modalidade a Distância

Coordenadora do Curso
Prof.ª Dr.ª Vânia Medianeira Flores Costa

Coordenadora de Tutoria e de Material
Prof. Dr. Italo Fernando Minello

BRASIL, 2014.

SUMÁRIO

1	Justificativa	5
2	Histórico da Universidade Aberta do Brasil (UAB)	7
2.1	Objetivos da UAB	9
2.2	Experiência da UAB na área de Administração	9
3	Objetivos dos Cursos de Especialização do Programa	10
4	Público-Alvo	10
5	Concepção do Programa	12
5.1	Aspectos fundamentais	12
5.2	Abordagens teórico-práticas	15
5.2.1	Princípios epistemológicos	15
5.2.2	Princípios metodológicos	16
5.2.3	Princípios dinamizadores	16
6	Rede de Instituições Públicas	17
7	Projeto pedagógico.....	17
7.1	Concepção	17
7.2	Objetivos	19
7.2.1	Objetivo Geral	19
7.2.2	Objetivos Específicos	19
7.3	Caracterização	20
7.3.1	Instituição	20
7.4	Pólos	20
7.5	Coordenação	21
7.6	Coordenação tutorial e de Material	21
7.7	Colegiado	21
7.8	Tutores	22
7.8.1	Tutores a distância	23
7.8.2	Tutores Presenciais	23
8	Carga horária	23
9	Operacionalização	24
9.1	Período e Periodicidade.....	24
9.2	Recursos Didáticos	24
9.3	Encontros Presenciais	25
10	Cronograma	25
10.1	Cronograma de execução do curso	25
11	Conteúdo Programático	27
11.1	Módulo básico	27
11.1.1	Ementas e bibliografia do Módulo Básico	28
11.2	Módulo Complementar	45
11.2.1	Ementas e Bibliografias do Módulo Complementar	46
12	Corpo Docente	58

13 Metodologia	58
13.1 A Organização do sistema EaD	58
13.2 Equipe Multidisciplinar.....	63
13.3 A Organização do Curso.....	64
13.3.1 Rede Comunicacional	64
13.3.2 Produção de Material Didático	64
13.3.3 Avaliação Institucional e Avaliação da Aprendizagem.....	65
13.3.4 Avaliação de Subsistemas de EaD.....	65
13.3.5 Avaliação de Aprendizagem.....	66
13.3.6 Processo de Orientação e Avaliação de Aprendizagem	67
13.3.7 Processo de Comunicação-interação entre os Participantes	69
13.3.8 Criação de Ambientes Virtuais que favoreçam o processo de estudo dos alunos.....	69
14 Interdisciplinaridade	69
15 Infra-estrutura física	69
16 Processo Seletivo	70
17 Sistemas de avaliação	70
17.1 Avaliação do desempenho de estudante	70
18 Avaliação do Curso	71
19 Orçamento	71
20 Currículo Lattes Resumido do Corpo Docente	71
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICES	77
ANEXOS	79

PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, modalidade a distância

1 Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, Estados-Membros e Municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional-desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO; COUTO, 1996; PINHO; SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma **nova gestão** de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adota o *welfarismo* municipal.

As políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), respectivamente. Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRÚCIO; COUTO, 1996; ABRUCIO, 2005). Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que conte com essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Keidemann (2006).

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal (CF), há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. Dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) revelam que a receita própria dos municípios está aquém do potencial de

arrecadação. De fato, a Tabela 1 mostra que nem todos os municípios cobram Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU (93%) e apenas 83% tem sistema de cobrança informatizado. No que tange ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN, somente 83,7% dos municípios cobram e apenas 67,9% o fazem com sistema informatizado. Na Região Nordeste a situação é preocupante: menos da metade dos municípios (47,6%) tem sistema de ISSQN informatizado. Ressalte-se que, no Brasil, essa situação é mais freqüente nos municípios com população abaixo dos 20.000 habitantes.

Tabela 1 - Municípios, total, com cadastro imobiliário, com cobrança de IPTU, Planta Genérica de Valores e cadastro para cobrança do ISS, com indicação da existência de sistema informatizado dos cadastros e da Planta Genérica de Valores, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios – 2006

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Total	Municípios						
		Cadastro imobiliário		Cobrança de IPTU	Planta Genérica de Valores		Cadastro para cobrança do ISS	
		Total	Informatizado		Total	Informatizado	Total	Informatizado
Brasil	5 564	5 203	4 623	5 196	4 018	3 120	4 661	3 780
Até 5 000	1 371	1 276	1 084	1 277	904	653	1 062	797
De 5 001 a 10 000	1 290	1 175	1 016	1 180	844	624	1 024	815
De 10 001 a 20 000	1 292	1 198	1 065	1 189	923	707	1 095	862
De 20 001 a 50 000	1 033	981	899	975	812	666	919	775
De 50 001 a 100 000	311	308	296	308	278	240	300	279
De 100 001 a 500 000	231	229	227	231	221	196	225	216
Mais de 500 000	36	36	36	36	36	34	36	36

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006, IBGE (2006).

Em relação a taxas, os municípios brasileiros estão longe da eficiência arrecadadora, conforme prevê a LRF. A Tabela 2 revela que taxas de coleta e de limpeza pública são cobradas em menos da metade dos municípios.

Tabela 2 – Percentual total de municípios com existência de taxas instituídas em 2006

Brasil	Total	Com existência de taxas instituídas					
		Taxa de iluminação	Taxa de coleta de lixo	Taxa de incidência	Taxa de limpeza pública	Taxa de poder de polícia	Outros tipos de taxas
		100	70,0	49,5	3,7	42,3	55,3
							43,3

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006 IBGE (2006).

Esses dados mostram que o Poder Público Municipal não está preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir a legislação relacionada à arrecadação. É razoável afirmar que isso se deve à carência de quadro de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa.

Nesse sentido, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais capacitados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais bem desenvolvida, com a (re) estruturação e (re) valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). No âmbito estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

Para tanto, é preciso que seja dada oportunidade a cidadãos e a estados e prefeituras de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional.

2 Histórico da Universidade Aberta do Brasil (UAB)

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um programa do Ministério da Educação (MEC), gerido pela Diretoria de Educação a Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e pela Secretaria de Educação a Distância (SEED).

A UAB foi implantada, oficialmente, por meio de editais públicos, em 2006 e 2007, ofertando, em 2008, 40.000 (quarenta mil) vagas em diversos cursos, abrangendo 562 Pólos de Apoio Presencial ao ensino, em quase todas as regiões do País, conforme pode ser observado na Figura 1.

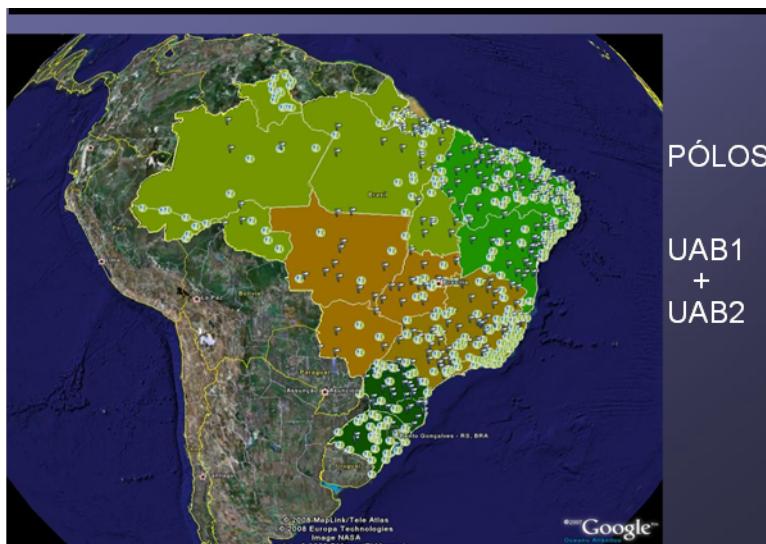


Figura 1: Distribuição dos Pólos de Apoio Presencial da UAB no Brasil, por Estados – 2008.

Fonte: adaptada de Preti (1996).

Foram várias as ações precursoras da criação da UAB. Dentre elas é possível destacar:

- a) Curso de Pedagogia, do Núcleo de Educação Aberta e a Distância (NEAD) da Universidade Federal do Mato Grosso, em 1995;
- b) Consórcio CEDERJ do Rio de Janeiro (da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro) em 2000;

- c) Projeto Veredas: Formação Superior de Professores, da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2002;
- d) Projeto Piloto Curso de Administração, modalidade a distância, numa parceria Banco do Brasil – MEC e Instituições Públicas de Ensino Superior em 2006.

Outra experiência foi com o Pró-Licenciatura, lançado pelo MEC em 2005, para formar 180 mil professores de 5^a a 8^a série do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. O público-alvo foram os professores atuantes nas salas de aula sem a formação exigida por lei. Nesse Programa estão previstas bolsas de estudo e a oportunidade de fazer a graduação, em serviço e a distância, em instituições públicas, comunitárias e confessionais.

Os cursos a distância do Pró-Licenciatura têm a mesma duração dos cursos presenciais ofertados pelas IES e a instituição precisa ser credenciada para trabalhar com educação a distância. Abrange cursos para formação de professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio em língua portuguesa e estrangeira, história, geografia, educação física, ciências biológicas, matemática, física e química.

Também em 2005, o MEC lançou o consórcio entre IPES para oferecer licenciatura a distância em biologia. Equipes de oito universidades integrantes deste consórcio ofereceram 1.300 vagas em curso de licenciatura a distância em biologia.

O consórcio é integrado pela Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

O Curso foi montado em parceria por equipes das oito universidades para concorrer à Chamada Pública da Secretaria de Educação a Distância (Seed/MEC), que destinava recursos para instituições públicas de ensino superior que tivessem projetos para cursos de graduação a distância.

O conteúdo da licenciatura, produzido em conjunto por professores da área de biologia das instituições, foi dividido em módulos e ministrado por meio de fascículos impressos e via internet. Os estudantes sem acesso à rede fazem o curso por meio de material impresso. O Curso tem duração mínima de quatro anos, e priorizou professores que atuem na rede pública.

A seleção de estudantes foi feita por meio de vestibular, aplicado em 45 municípios nos estados participantes. Nestes municípios ocorrem as fases presenciais do curso, que constituem de 20 a 30% do conteúdo total.

Mais uma ação de EaD foi lançado pelo MEC em 2006, o Pró-Formar com a oferta do curso de Licenciatura em Educação Infantil – modalidade a distância. É resultado de parceria interinstitucional estabelecida pelo consórcio Pró-Formar, assinado pelos reitores das Universidades, visando a formação de rede de formação entre: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Estas IPES, ao ofertarem cursos de formação inicial e continuada, gratuitos e de qualidade, usando para isso a modalidade à distância, firmaram seu compromisso com a escola pública e exercendo seu papel social, função e dever do Estado. O curso é destinado preferencialmente aos profissionais em exercício na Educação Infantil, em instituições públicas de atendimento as crianças de até 6 anos, que tenham ensino médio completo, residentes nos municípios convenientes.

Os objetivos deste programa ultrapassam os limites de uma profissionalização restrita apenas a obtenção de uma titulação e apontam para perspectivas de continuidade e de abrangência que contemplem a qualificação acadêmica, o plano de carreira e a política de remuneração. Essa formação específica em que a teoria e prática se mesclam numa dinâmica transformadora e construtora de novos saberes, capaz de proporcionar, cada vez mais, um atendimento de qualidade às crianças menores de 6 anos de idade.

2.1 Objetivos da UAB

A Diretoria de Educação a Distância da CAPES (UAB) tem como objetivos principais:

- a) Fomentar as instituições públicas de ensino superior e pólos municipais de apoio presencial, visando a oferta de qualidade de cursos de licenciatura na modalidade a distância;
- b) Articular as instituições públicas de ensino superior aos pólos municipais de apoio presencial, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil - UAB;
- c) Subsidiar a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores, potencializando o uso da metodologia da educação a distância, especialmente no âmbito da UAB;
- d) Apoiar a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica, mediante concessão de bolsas e auxílios para docentes e tutores nas instituições públicas de ensino superior e tutores presenciais e coordenadores nos pólos municipais de apoio presencial;
- e) Planejar, coordenar e avaliar, no âmbito das ações de fomento, a oferta de cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições públicas e a infra-estrutura física e de pessoal dos pólos municipais de apoio presencial, em apoio à formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

2.2 Experiência da UAB no curso de Administração

O curso piloto de graduação em Administração inaugurou, efetivamente, a UAB em 2006. Foi iniciado com a participação de 25 universidades públicas brasileiras – federais e estaduais – com mais de 10.000 estudantes em vários Estados. Isso foi possibilitado com a parceria entre o MEC/SEED, o Banco do Brasil (integrante do Fórum das Estatais pela Educação) e as universidades que aderiram ao projeto.

Os estudantes ingressaram por vestibular atendendo aos requisitos de cada uma das instituições vinculadas ao sistema UAB. O curso, nível bacharelado, com duração de quatro anos e meio, foi organizado em nove módulos semestrais, com carga horária total

de 3.000 (três mil) horas. Além de participar dos encontros presenciais, que ocorrem preferencialmente aos sábados, o estudante desenvolve atividades a distância, como o estudo do material didático e trabalhos escritos, estudo de casos, pesquisas, acompanhado por um sistema de tutoria que permite o monitoramento do seu desempenho. Com a supervisão da SEED/MEC e da CAPES, coordenadores das 25 IPES que oferecem o curso piloto, se reúnem (por meio de um Fórum) de três em três meses para avaliar o andamento da experiência, avaliar a modalidade, discutir os métodos de ensino e de aprendizado, tomar decisões sobre o material didático e, sobretudo, socializar as experiências para garantir qualidade do curso.

Este Fórum é uma experiência impar no setor público brasileiro, pois coordena uma rede de IPES que atuam colaborativamente na busca de um objetivo comum, ou seja, o ensino público de administração à distância gratuito e de qualidade.

3 Objetivos dos Cursos de Especialização do Programa

Os cursos têm por objetivo a qualificação de pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais e do Magistério Superior. Especificamente, pretende:

- a) Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
- b) Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
- c) Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal;
- d) Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

4 Público-Alvo

Os cursos destinam-se a portadores de diploma de curso superior que exercem atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor ou que tenham aspirações ao exercício de função pública. Os objetivos de aprendizado para o estudante são os seguintes:

- a) Compreender os conceitos básicos e terminologias nas áreas funcionais chave de organizações do primeiro (Estado) e terceiro setores nas áreas: gestão, estratégia, operações, finanças públicas, recursos humanos e outras;
- b) Demonstrar habilidade para diagnosticar, analisar e oferecer soluções para situações organizacionais/empresariais complexas;
- c) Desenvolver habilidades-chave (comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, liderança) requeridas para uma carreira gerencial de sucesso;

- d) Estar apto para fazer a integração das áreas funcionais do negócio para permitir tomadas de decisões acertadas para a organização como um todo.

Os Cursos permitirão o crescimento profissional e acadêmico do estudante por meio de:

- a) Orientação da habilidade do pensamento crítico para os problemas de governo;
- b) Desenvolvimento da habilidade de analisar estrategicamente as questões de relacionamento organização-ambiente ao invés de oferecer apenas soluções operacionais;
- c) Fortalecimento da habilidade de comunicação por meio de discussões presenciais e a distância (*chats*), estudo de cases, trabalhos escritos e apresentação presencial de seminários;
- d) Aumento da capacidade de liderança na organização através da participação em trabalhos em equipe;
- e) Ampliação da compreensão das variáveis ambientais que afetam a *performance* organizacional;
- f) Ênfase na natureza global do atual ambiente dos negócios e seu impacto sobre a tomada de decisão;
- g) Melhoria da habilidade de tomada de decisão em ambientes organizacionais mais complexos, por meio do uso de processos de simulação de situações estratégico-operacionais;
- h) Integração dos aspectos teóricos e práticos do negócio, através da elaboração de projetos e análise de cases.

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, é consequência de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado aos Cursos de Especialização em Gestão Pública Municipal é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizado ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Aliada a esta "personalidade dinâmica e flexível" – traço essencial na garantia de um bom desempenho do profissional da gestão – é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma "visão estratégica dos negócios públicos", o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

Deste modo, independente dos conhecimentos "comportamentais" e "de contexto", exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus "recursos" humanos, financeiros e de produção e de gestão pública municipal, evidentemente referenciada em um compromisso ético com a construção de uma sociedade justa.

No **campo organizacional** e de seus recursos espera-se que o Gestor seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e sociedade em geral. Para tal, exige-se que o Gestor seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

Na **área de estudos governamentais**, é imprescindível que o Gestor seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da "coisa pública" de modo eficiente, mas, também, responsável, permitindo, assim, a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado, mais especificamente do Município.

5 Concepção do Programa

5.1 Aspectos fundamentais

Com a justificativa de um Estado mais enxuto e eficiente, o Governo Collor patrocinou o desmonte do Estado brasileiro para transformá-lo em "Estado mínimo", inspirado no *new public management*. A partir de então, houve uma redução do quadro de funcionários via aposentadorias precoces. Com a reforma administrativa no início do governo FHC, em 1995, desenha-se um Estado regulador e indutor ao invés do Estado desenvolvimentista verificado no Brasil até o final dos anos 1980.

O Governo Lula, que teve início em 2003 e se estendeu até 2010, recompôs o quadro de servidores e, sem negar as mudanças havidas nos dois governos que o antecederam, implantou: a) reformas do modelo de gestão pública, b) ações voltadas para a inovação gerencial; e c) um Estado promotor da inclusão social com programas compensatórios de nível nacional (BRANDIÃO; PALASSI; FERREIRA, 2007).

A mudança do papel repercutiu no aparelho do Estado no âmbito federal, estadual e municipal, trazendo demandas gerenciais mais complexas. Isso significa uma administração mais profissionalizada, exigindo gestores com sólida formação teórico-conceitual nas áreas sociais, políticas, econômicas e administrativas.

Na esfera da União, vislumbra-se a necessidade de um gestor mais generalista e com conhecimento em logística para atender, principalmente, às áreas de educação e saúde, que respondem por 34% e 21%, respectivamente, do total de servidores da União, segundo dados da ENAP. Nessas áreas há programas importantes e de grande

magnitude – como a distribuição de material escolar, pelo MEC, e de preservativos, retrovirais e medicamentos, pelo Ministério da Saúde – que necessitam de competência específica em logística para atingir todos os estados e municípios brasileiros.

No nível estadual, além de uma forte formação conceitual, indica-se um gestor que possa trabalhar a estrutura organizacional do estado-membro e conceber formatos de redes de cooperação intermunicipais. No caso da estrutura administrativa, é sabido que os governos estaduais ainda não introduziram as mudanças necessárias para exercer o novo papel do Estado no Brasil, como revela Abrucio (2005). A formação de redes é uma possibilidade – com várias experiências positivas – de induzir o desenvolvimento regional a partir do esforço conjunto. Dos 5.564 municípios brasileiros – com 4,5 milhões de servidores – a maioria não possui economias de escala para alavancar o desenvolvimento de áreas prioritárias, como saneamento, habitação, manutenção de vias públicas urbanas e rurais.

No âmbito do município, a formação do gestor precisa ser mais específica. Em um profundo estudo sobre os municípios brasileiros, o Banco Mundial, em parceria com o IPEA, indica cinco grandes prioridades: a) aumentar a competitividade da cidade; b) desenhar um sistema subnacional de crédito sustentável baseado no mercado; c) melhorar a provisão de serviços usando a participação do setor privado; d) melhorar as eficiências nos mercados urbano e fundiário; e) insistir numa melhor colaboração entre governos locais (BANCO MUNDIAL, 2006).

O plano diretor ou estatuto da cidade, na forma como é concebido no Brasil, revela-se como um grande plano estratégico; nesse caso, é preciso que o mesmo tenha um tratamento do tamanho de sua importância, tanto na elaboração quanto na sua implantação. Por um lado, a gestão da receita municipal exige conhecimento mais aprofundado de tributação; por outro, licitações e contratações, aliadas à administração de projetos compõem o lado dos gastos. Vale lembrar que a introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) alterou a forma de gestão pública no Brasil, conforme sugere Banco Mundial (2006).

O Programa de Especialização terá a seguinte configuração (Figura 2):

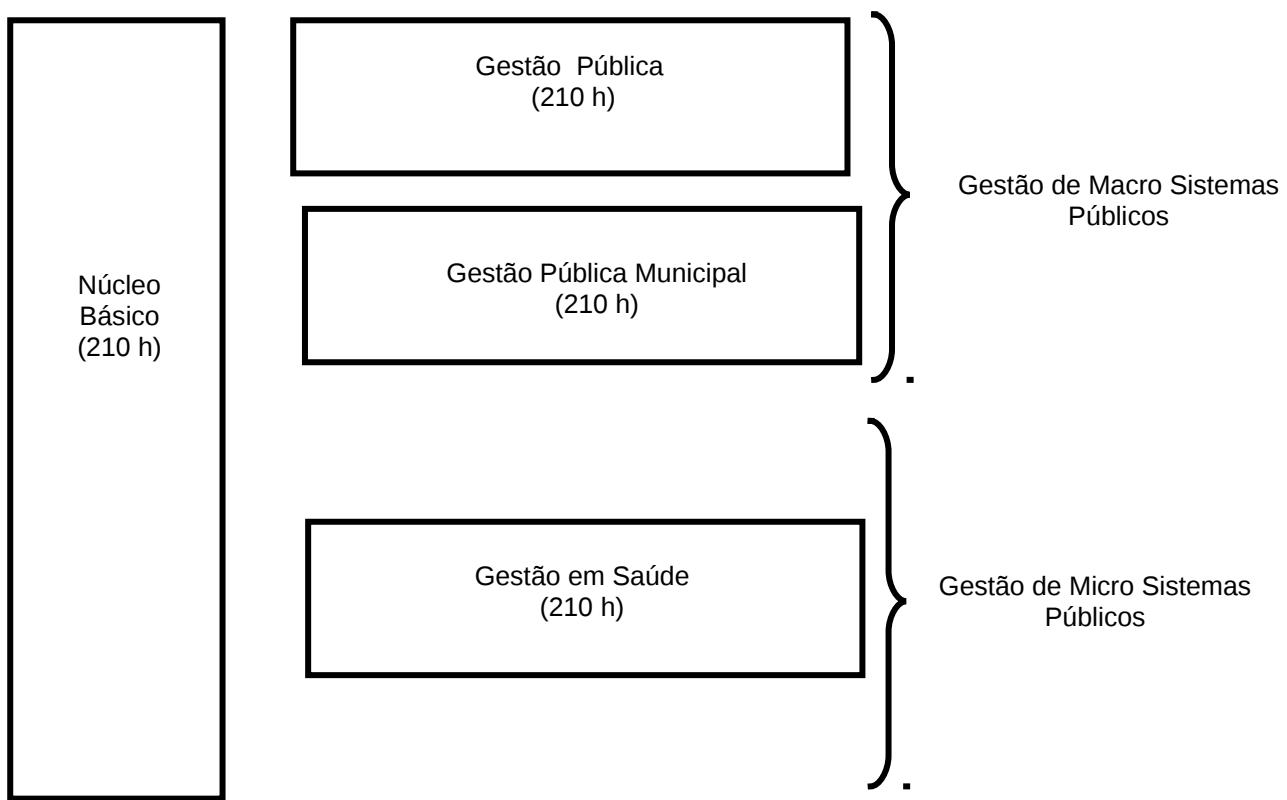


Figura 2: Concepção do Programa de Especialização em Gestão Pública, modalidade a distância.

Fonte: adaptada de Preti (1996).

As diretrizes do Programa devem oportunizar uma formação que privilegie tanto a dimensão profissional quanto a dimensão política, buscando-se:

- Formação ético-humanística que a formação do cidadão requer;
- Formação técnico-científica condizente com as exigências que o mundo do trabalho contemporâneo impõe.

A estrutura curricular do Programa de Especialização em Gestão Pública é concebida, inspirado em Costa (1996), num jogo de correlação de forças que determina critérios de validade e legitimidade pelos quais são produzidas representações, sentidos e instituídas realidades; é um lugar de circulação das narrativas, mas, sobretudo, é um lugar privilegiado dos processos de subjetivação, da socialização dirigida, controlada.

Constituído de um conjunto articulado e normatizado de saberes, o currículo se constrói refletindo as relações estabelecidas num jogo de poder em que se confrontam visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas e significados sobre as coisas e seres do mundo (COSTA, 1996).

Como uma prática social que se desenvolve a partir das relações entre os sujeitos da relação pedagógica, num contexto sócio-econômico-cultural específico, o currículo

deste Programa é construído na perspectiva de uma formação científica de qualidade e uma formação humanista que contribua para a construção de uma sociedade mais justa, mais democrática, mais solidária e mais tolerante. Portanto, abrange também conteúdos técnicos para permitir a compreensão e a solução de problemas organizacionais complexos.

5.2 Abordagens teórico-práticas

Para tanto, esta proposta para os Cursos de Especialização em Gestão Pública a distância traz como base para sua sustentação as seguintes diretrizes:

- a) Nortear a concepção, criação e produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma a contemplar e integrar os tipos de saberes hoje reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, práticas e fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
- b) Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, curiosidade e criatividade;
- c) Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos públicos-alvos, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- d) Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários;
- e) Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorizar a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o fim de resolvê-los, para estimular e orientar a auto-avaliação.

Há três princípios que nortearão a estrutura curricular do Programa: epistemológicos, metodológicos e dinamizadores.

5.2.1 Princípios epistemológicos

Esses princípios, que devem sustentar a formação e o perfil do profissional de administração, são expressos através de duas dimensões:

- a) Dimensão epistemológica: que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas às ciências que integram o currículo do curso;
- b) Dimensão profissionalizante: que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador em todas suas relações sócio-político, cultural e nas perspectivas da moral e da ética.

Tendo em vista essas duas dimensões, a estrutura curricular do Programa de Administração Pública sustenta-se em dois módulos de estudos, a saber: Módulo Básico,

que se refere aos fundamentos da administração e da administração pública, e Módulos Específicos, contemplando quatro áreas de concentração, abrangendo a esfera pública geral ou municipal, a gestão de organização de saúde pública, a organização escolar pública.

5.2.2 Princípios Metodológicos

Tendo presente que a Estrutura Curricular deve incorporar a compreensão de que o próprio currículo e o próprio conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais particulares e históricas e, ainda, que deve ser orientado numa perspectiva crítica onde ação-reflexão-ação se coloquem como atitude que possibilite ultrapassar o conhecimento de senso comum, três conceitos são escolhidos para servir não só de elo entre as diferentes áreas e os diferentes núcleos de conhecimento, mas também de fio condutor para base metodológica do curso, a saber:

- a) **Historicidade** é vista como característica das ciências. Através desse conceito espera-se que o estudante perceba que o conhecimento se desenvolve, é construído, num determinado contexto histórico/social/cultural/ e, por isso mesmo, sujeito às suas determinações. O desenvolvimento do conhecimento, por ser processual, não possui a limitação de início e fim, consubstanciando-se num *continuum* em que avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições histórico-culturais em que as ciências são construídas;
- b) **Construção** é outro conceito que perpassa todas as áreas e núcleos de conhecimento do curso, para que o estudante reforce sua compreensão de que, se os conhecimentos são históricos e determinados, eles são resultados de um processo de construção que se estabelece no e do conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura. Essas relações, por serem construídas num contexto histórico e culturalmente determinadas, jamais serão lineares e homogêneas e que ele, estudante deve se imbuir do firme propósito de transformar-se num profissional que não só aplica conhecimentos, mas também que produz conhecimentos;
- c) **Diversidade** é importante que o estudante compreenda como as diferentes abordagens determinam posicionamentos político na ação administrativa.

5.2.3 Princípios Dinamizadores

Os princípios dinamizadores do currículo do curso são decorrentes não só das abordagens epistemológica e metodológica do curso, mas também do fato de que os estudantes terão uma abordagem teórico-prática dos conteúdos trabalhados.

A adoção desse princípio implica uma dinâmica curricular que torne o vivido pensado e o pensado vivido, com a incorporação, no processo de formação acadêmica, da experiência profissional ou das práticas vividas pelos estudantes, a dialeticidade entre o desenvolvimento teórico das disciplinas e sua construção pela prática; ou seja, a reflexão teórica e a prática estarão presentes de forma dialetizada na experiência da formação profissional.

Essa direção metodológica implica inter-relações epistemológicas, em que a construção integradora do conhecimento põe-se como princípio também fundamental no

desenvolvimento do curso, buscando-se o reconhecimento da autonomia relativa de cada área de conhecimento e a necessária dialogicidade na busca do conhecimento da realidade educacional.

Como o Programa será desenvolvido na modalidade a distância, outros princípios se colocam como fundamentais na construção curricular: interação, autonomia, trabalho cooperativo, inter e transdisciplinaridade, investigação, relação teoria e prática, flexibilidade e dialogicidade.

6 Rede de Instituições Públicas

O Programa será desenvolvido por Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) em parceria com a CAPES, SEED/MEC, Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Escola de Gestores, da Secretaria da Educação Básica (SEB), Ministério da Educação e Ministério da Saúde. À exemplo do que ocorre na oferta do Curso de Graduação em Administração – Projeto Piloto – a garantia de implantação dos preceitos aqui preconizados será dada pelo Fórum Nacional do Ensino Público de Administração, na modalidade a distância.

O Fórum tem o papel de integrar as políticas e as experiências de ensino, pesquisa e extensão, na área de administração, reunindo os Coordenadores de Cursos de Administração oferecidos pela IPES, nos níveis da graduação e pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

7 Projeto Pedagógico

7.1 Concepção

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, é consequência de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado aos Cursos de Especialização em Gestão Pública é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica.

Em ambientes nos quais as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade caracterizados ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Aliada a esta "personalidade dinâmica e flexível" – traço essencial na garantia de um *bom* desempenho do profissional da gestão – o Gestor Público deve desenvolver uma "visão estratégica dos negócios públicos". Esta pode ser obtida a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da

integração destas em termos de conhecimento conceitual e analítico. Deste modo, independente dos conhecimentos "comportamentais" e "de contexto", exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus "recursos" humanos, financeiros e de produção e de gestão pública, evidentemente referenciada em um compromisso ético com a construção de uma sociedade justa.

No campo organizacional e de seus recursos espera-se que o Gestor seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e sociedade em geral. Para tal, exige-se que o Gestor seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

Na área de estudos governamentais, o Gestor público deve ser capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo da formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais. Também é desejável conhecimentos dos processos de formulação, aplicação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da "coisa pública" de modo eficiente, mas, também, responsável, permitindo a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.

Nesta realidade, a concepção do Curso está voltado para a formação de egressos capazes de atuarem de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos e desenvolvimento das organizações governamentais e não governamentais, de forma a possibilitá-las a atender às necessidades e ao desenvolvimento da sociedade.

O curso contempla sólida formação no conhecimento do Estado, governo, políticas públicas, relações entre o público e o privado, planejamento estratégico governamental, o estado e os problemas contemporâneos e elaboração de indicadores, enfatizando também conteúdos operacionais relativos ao desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, como – plano plurianual e orçamento público, comportamento organizacional, cultura e mudança organizacional, gestão operacional, gestão de redes públicas de cooperação e gestão logística.

O curso permite a formação de um perfil de administrador moderno, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo, oportunizando a formação de profissionais para atuarem como gestores em áreas específicas da administração pública.

O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexão, de busca de inovações, de prospecção e criação de caminhos próprios que possam suprir as necessidades da gestão pública e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e da humanidade.

O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso caracteriza-se pelos seguintes elementos compositivos:

- i. *Transversalidade* – Os conteúdos sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade, possibilitando a construção holística de determinado tema.
- ii. *Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino* – envolvendo discentes em práticas de pesquisa e extensão, com o objetivo de despertar neles atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, assim como propiciando vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços. Dentre as atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino estão os seminários temáticos, que possibilitam o desenvolvimento de pesquisas, articulando atividades acadêmicas com as necessidades do Estado e da sociedade, como também a realização de um trabalho de conclusão (monografia ou artigo científico), inserindo o discente em atividades da gestão pública, aprimorando a sua formação profissional.
- iii. *Trabalho de Conclusão* – consiste na elaboração de uma monografia ou artigo científico desenvolvido pelo acadêmico com foco nos conteúdos de gestão pública estudados no curso. Em ambos, o estudante deverá demonstrar domínio significativo do conteúdo programático do curso, dos procedimentos metodológicos da pesquisa e das normas técnicas de elaboração de uma monografia ou de um artigo científico e desenvolvimento de pesquisa no âmbito do interesse da gestão pública. Os trabalhos aprovadas integrarão o acervo da UFSM, enriquecendo as fontes de pesquisa para desenvolvimento do pensamento administrativo em especial da gestão pública. O desenvolvimento do trabalho será realizado após a conclusão das disciplinas, tendo o aluno um prazo de seis meses para sua defesa, sendo possível a prorrogação por mais seis meses.

7.2 Objetivos

7.2.1 Objetivo Geral

Formar profissionais com amplo conhecimento de Administração Pública Municipal, capazes de atuarem no âmbito municipal, administrando com competência as organizações governamentais e não-governamentais, de modo pró-ativo, democrático e ético, visando à transformação e ao desenvolvimento da sociedade e da região em que esta inserido.

7.2.1 Objetivo Específicos

- a) Oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos, promovendo o ser humano como força de trabalho e capital intelectual.
- b) Propiciar formação integral do egresso de tal forma a permitir-lhe pesquisar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações no campo da administração, fazendo vigorar a legislação profissional e normas éticas a que está sujeita a gestão.

- c) Formar profissionais capazes de ampliar os níveis de competitividade organizacional frente ao dinamismo das transformações no âmbito interno e externo às organizações.
 - d) Capacitar o estudante para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais e do próprio mercado de trabalho, considerando a função social que deve exercer, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado pela visão holística em sua dimensão humanística e técnica.
 - e) Preparar o estudante para atuar como gestor, envolvendo-se com decisões, estratégias e adversidades, buscando estabelecer vantagens competitivas no mercado globalizado, frente às mudanças impostas pelo ambiente.
 - f) Preparar lideranças para a administração pública municipal, gerar novos empreendedores e capacitar mão-de-obra já inserida no mercado para atuação na gestão pública.
 - g) Despertar no estudante o interesse de capacitar-se como gestor público municipal empreendedor, gerente e técnico preparado para enfrentar as mais diferentes situações de mercado e de necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.

7.3 Caracterização

7.3.1 Instituição

- o Universidade Federal de Santa Maria
 - o Centro de Ciências Sociais e Humanas
 - o Departamento de Ciências Administrativas

Endereço:

Avenida Roraima, nr.1000 – Cidade Universitária Prédio 74 C - Sala 4205
Bairro Camobi CEP 97015-372 Santa Maria – RS

7.4 Pólos

	Pólos	Número de alunos
1	Cachoeira do Sul	30 alunos
2	Jacuizinho	20 alunos
3	Palmeira das Missões	30 alunos
4	Restinga Sêca	35 alunos
5	Sapucaia do Sul	20 alunos
6	Sobradinho	25 alunos
Total	6 Pólos	160 alunos

7.5 Coordenação

O curso será coordenado pela professora Vânia Medianeira Flores Costa, doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia/UFBA.

É responsabilidade do Coordenador Geral do Curso:

- a) Responsabilizar-se pelo projeto do curso;
- b) Implementar o Projeto Pedagógico do Curso;
- c) Coordenar os professores responsáveis pelas disciplinas;
- d) Interagir e fazer a coordenação do curso junto aos Coordenadores dos Pólos na implementação do Curso;
- e) Selecionar e acompanhar, em articulação com o Coordenador de Tutoria, os tutores a distância do curso.

7.6 Coordenação tutorial e de Material

A coordenadora de tutorial e de Material será a professor Dr. Italo Fernando Minello, doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC.

É responsabilidade do Coordenador de Tutorial e de Materiais:

- a) Organizar o cronograma de seleção pública dos tutores, tanto os presenciais como a distância;
- b) Coordenar o número de tutores por disciplina, no Curso, tanto internamente como nos Pólos;
- c) Organizar a promoção e o cronograma do programa de formação de tutores junto à Gestão Geral do Projeto e da Rede;
- d) Supervisionar as bolsas e os relatórios dos tutores;
- e) Verificar e organizar a logística dos pólos: material (distribuição e controle) e biblioteca;
- f) Estabelecer o contato com os coordenadores dos pólos (tutores e técnicos);
- g) Participar da organização do processo de seleção dos professores e alunos, junto com a Coordenação do Curso;
- h) Prestar relatório para a Coordenação Geral.
- i) Auxiliar a organização da infra-estrutura dos pólos.

7.1 Colegiado

O curso será composto de um colegiado composto por 8 docentes do curso, 1 Secretário e representante discente na forma da lei.

Coordenador do curso	Profa. Dra. Vânia Medianeira Flores Costa
Coordenador de Tutoria e Material	Prof. Dr. Italo Fernando Minello
Primeiro Membro	Prof. Ms. Guerino Antonio Tonin
Segundo Membro	Prof. Dr. Paulo Sérgio Ceretta
Terceiro membro	Prof. Dr. Luis Felipe Dias Lopes
Quarto membro	Prof. Dr. Marcelo Trevisan
Suplentes	Profa. Dra. Flávia Luciane Scherer Prof. Dr. José Marion Pascoal
Secretário	A ser definido
Um aluno	A ser definido

7.2 Tutores

Os tutores possuem a função de assessorar e auxiliar o professor e acompanhar os alunos e orientá-los em suas atividades. Tanto a definição quanto a orientação na execução de tais funções estão intimamente relacionados com a concepção de educação a distância, bem como com o objetivo e finalidade do curso que se pretende oferecer. Estes devem, quando selecionados, apresentarem um perfil às necessidades do curso, o público alvo e a capacidade técnica do ensino a distância.

Seleção de Professores Tutores

O processo de seleção de tutores seguirá conforme o estabelecido nas Diretrizes da UAB; orientações do NTE/UFSM e Regimento do Curso.

Sistema de Tutoria

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, O tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas, as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor pode participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor pode se responsabilizar pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele coloca-se em atitude de questionamento re-construtivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria-prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele relaciona-se com outros estudantes para estudar, se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, neste processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação adequada, em termos dos aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela IPES antes do início do curso e ao longo do curso.

- Como recursos para interlocução poderão ser utilizados:
 - Ambiente Virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
 - Videoaulas;
 - Telefone;
 - e-mail.

7.2.1 Tutores a distância

São os "auxiliares" do professor coordenador da disciplina, atuando como mediadores e orientadores das atividades previstas em cada disciplina e acompanhando o desenvolvimento de cada aluno e turma, especialmente através dos recursos e instrumentos oferecidos pela Plataforma EaD bem como por outras formas de comunicação a distância. Esses tutores atuarão na UFSM, junto ao(s) professor(es) responsável pela disciplina (coordenador de disciplina). Os tutores, além de terem um trabalho permanente junto ao professor, terão o acompanhamento dele e o da coordenação dos tutores, sendo que estes terão como responsabilidade até 50 alunos por disciplina.

7.2.2 Tutores presenciais

De acordo com o número de pólos e vagas oferecidas, será o número de tutores presenciais. Sendo pré-requisitos dos tutores presenciais:

8 Dedição à orientação dos alunos no uso da Plataforma EaD e domine todos os recursos e instrumentos didáticos a serem utilizados;

9 Ter condições de orientar de forma geral o uso dos conteúdos de um determinado semestre ou área de conhecimento/conteúdos, pois serão os orientadores instrumentais desses conteúdos.

10 Residir no Pólo de EaD onde o curso será oferecido.

Conforme a Resolução /CD/FNDE/nº 34, de 09 de agosto, "o tutor responsável pelo acompanhamento do aluno deverá fazer um cronograma de visitas ao local de trabalho dos professores/alunos, quando terá condições de discutir a prática do profissional à luz do que está sendo estudado no curso".

11 Carga Horária

A estrutura curricular do curso é composta por um conjunto de 14 disciplinas, e mais duas disciplinas de nivelamento, abrangendo a área de concentração em Gestão Pública Municipal e a defesa de trabalho de conclusão que revele domínio do tema escolhido, tratamento científico adequado e sua apreciação por uma banca examinadora presencial.

Para integralização curricular, o estudante deverá cumprir a carga horária referente às disciplinas, além de um semestre para a elaboração do trabalho de conclusão que revele o domínio do tema escolhido e tratamento científico adequado, a ser submetido a uma banca examinadora.

Ressalta-se que o trabalho de conclusão deve se destacar, mais acentuadamente, sobre atividades de pesquisa na realidade vivenciada pelo estudante, sendo um esforço para permitir que o estudante possa ser um dos atores efetivos, junto com o professor de conteúdo, responsáveis pela construção do seu conhecimento em gestão pública municipal, a partir da interação com a própria realidade em que vive.

As especializações podem ainda comportar "Seminários Temáticos", que destaque, mais acentuadamente, as atividades de pesquisa na realidade vivenciada pelo estudante. É um esforço para permitir que o estudante possa ser um dos atores efetivos, junto com o professor de conteúdo, responsáveis pela construção do seu conhecimento em gestão pública, a partir da sua interação com a própria realidade em que vive. Se forem realizadas, as atividades do "Seminário Temático" vão culminar em seminários abertos à sociedade.

12 Operacionalização

9.1 Período e Periodicidade

O Curso terá uma duração de 18 (dezoito) meses, divididos em três semestres, incluindo cumprimento de créditos e elaboração do trabalho de conclusão, com a possibilidade de prorrogação de seis meses com aprovação do colegiado a pedido do aluno e do professor orientador.

9.2 Recursos Didáticos

Para o desenvolvimento dos conteúdos serão organizados, dentre outros, os seguintes recursos didáticos:

- a) Textos impressos de apoio ao estudo, por disciplina;
- b) Ambiente virtual de aprendizagem (AVA) para comunicação entre os sujeitos e a disponibilização de textos complementares;
- c) Encontros presenciais;
- d) Sistema de acompanhamento (tutoria).

A IPES, por intermédio da UAB/MEC, disponibilizará aos estudantes a estrutura existente nos Pólos, com infra-estrutura técnica e pedagógica, laboratório de computação, biblioteca, para as atividades presenciais e como base de apoio para os estudos durante todo o curso.

9.3 Encontros Presenciais

Os encontros presenciais serão motivos de amplo planejamento, envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Entre as atividades a serem contempladas incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica.

Os encontros presenciais serão realizados no início e no decorrer de cada semestre. No início do curso, servirão para oferecer visão da dinâmica do curso e da modalidade a distância. Será realizado também treinamento para uso adequado do AVEA. No início de cada semestre, haverá entrega dos materiais didáticos do semestre e o calendário. No final do Curso os encontros presenciais serão destinados as defesas do Trabalho de conclusão dos alunos.

No desenvolvimento do curso, serão realizados encontros presenciais destinados a discussões temáticas com os professores das disciplinas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem e apresentações de monografias. Ao longo do semestre, seria interessante propiciar encontros presenciais fazendo coincidir a finalização de uma disciplina – momento este em que se realizará a avaliação da mesma - com o início da seguinte – propiciando ao cursista um mapeamento de seu percurso. Assim, os encontros durante o semestre servirão para discussões temáticas por parte dos professores das disciplinas ofertadas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem e apresentação de trabalhos.

13 Cronograma

As disciplinas serão oferecidas em regime semestral com código do Departamento de Ciências Administrativas CAD XXXX, conforme explicitado no Regimento do Curso.

13.1 Cronograma de execução do curso

O curso, com 420 horas aula, terá dois módulos: um *básico*, que é núcleo comum aos quatro cursos e um *complementar*, por área de concentração.

14 Módulo Básico

O módulo básico será o núcleo comum para todas as habilitações. É composto por 7 disciplinas, de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas.

As disciplinas serão oferecidas em regime semestral de acordo com o quadro a seguir:

Ord.	Disciplina	SEMESTRE	C.H.
1	Estado, Governo e mercado	II SEMESTRE DE 2014	30
2	O Público e o Privado na Gestão Pública	II SEMESTRE DE 2014	30
3	Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	II SEMESTRE DE 2014	30
4	Políticas Públicas	II SEMESTRE DE 2014	30
5	Planejamento Estratégico Governamental	II SEMESTRE DE 2014	30
6	O Estado e os Problemas Contemporâneos	II SEMESTRE DE 2014	30
7	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	II SEMESTRE DE 2014	30
-	TOTAL DE HORAS/AULA	II SEMESTRE DE 2014	210

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma tomada de consciência sobre a atual política do governo, situando-a na passagem que vem se dando, ao longo destes últimos anos, de um Estado Gerencial para um Estado Necessário. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Complementar, as diferentes ações e programas implementados pela atual administração pública.

Disciplinas de Nivelamento:

Estas disciplinas não comporão a matriz curricular do módulo básico e complementar e não aparecerão no histórico escolar, conforme orientação SISUAB/ATUAB, pelo fato de se constituírem apenas como atividades de nivelamento. Essas disciplinas serão ofertadas simultaneamente com o Módulo Básico ou Complementar.

1	Introdução à Modalidade EaD	II SEMESTRE DE 2014	30
2	Metodologia Científica	I SEMESTRE DE 2015	30
TOTAL DE HORAS/AULA			60

15 Módulo complementar: área de concentração em Gestão Pública Municipal

Este é um módulo específico composto por sete disciplinas de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	SEMESTRE	C.H.
1	Plano diretor e gestão urbana	I SEMESTRE DE 2015	30
2	Gestão tributária	I SEMESTRE DE 2015	30
3	Gestão de redes públicas e cooperação	I SEMESTRE DE 2015	30
4	Gestão democrática e participativa	I SEMESTRE DE 2015	30
5	Gestão logística	I SEMESTRE DE 2015	30
6	Elaboração e avaliação de projetos	I SEMESTRE DE 2015	30
7	Processos Administrativos	I SEMESTRE DE 2015	30
-	TOTAL DE HORAS/AULA	I SEMESTRE DE 2015	210

16 Conteúdo Programático

11.1 Módulo Básico

O módulo básico é composto por sete disciplinas de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	Professor	C.H.
1	Estado, Governo e Mercado	Dr. em Economia - Pascoal José Marion (DE – UFSM)	30
2	O Público e o Privado na Gestão Pública	Dr. em Administração - Breno Augusto Diniz (DCA – UFSM)	30
3	Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro	Dr. em Economia Aplicada – Reisoli Bender Filho (DCA – UFSM)	30
4	Políticas Públicas	Dr. Paulo Sérgio Ceretta Engenharia da Produção – (DCA - UFSM)	30
5	Planejamento Estratégico Governamental	Dra. em Administração – Flávia Luciane Scherer (DCA – UFSM)	30
6	O Estado e os Problemas Contemporâneos	Ms. em Administração - Guerino Antonio Tonin (DCA – UFSM)	30
7	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	Dr. em Desenvolvimento Regional – José Odim Degrandi (DCA – UFSM)	30
-	TOTAL DE HORAS/AULA		210

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma base de conhecimento sobre a gestão pública e uma tomada de consciência sobre a contextualização do Estado e os problemas contemporâneos da Administração Pública Municipal. Esse referencial lhe

permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, as diferentes ações e programas implementados na gestão pública municipal.

Ord.	Disciplina	Professor	C.H.
1	Introdução à Modalidade EaD	Prof. Do NTE/UFSM	30
2	Metodologia Científica	Dr. Em Administração Vitor Francisco Schuch Jr. (DCA – UFSM)	30
TOTAL DE HORAS/AULA			60

16.1.1 Ementas e Bibliografias do Módulo Básico

Disciplina 1	Estado, governo e mercado
--------------	---------------------------

I – Objetivo

Essa disciplina enfoca as complexas relações entre Estado, governo e mercado nas sociedades capitalistas contemporâneas. Partindo das duas matrizes teóricas que explicam as relações entre Estado e sociedade no sistema capitalista – a liberal e a marxista – a disciplina analisa criticamente as diversas interpretações concorrentes e/ou sucessivas sobre as sempre tensas e dinâmicas relações entre Estado, governo e mercado.

II – Ementa – Fatos Geradores

Os atores envolvidos na esfera pública, sejam elas governantes, funcionários, fornecedores, clientes, beneficiários, usuários de serviços públicos ou agentes objetos da regulação estatal movem-se e posicionam-se no espaço público orientados por uma ou mais concepções teóricas concorrentes sobre as relações entre Estado, governo e mercado nas modernas sociedades capitalistas. Por essa razão, é fundamental aos gestores públicos, em exercício ou em formação – independentemente da esfera de governo em que atuem ou venham a atuar – conhecer os diferentes fundamentos e lógicas que orientam a ação dos agentes envolvidos (*stakeholders*).

III – Ementas - Tópicos

1. Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea, segundo as principais concepções e teorias: marxistas e liberais.
2. Desafios teóricos e políticos colocados aos analistas e atores políticos pelas mudanças produzidas sob o capitalismo contemporâneo

IV – Bibliografia Básica

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (org.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Qual socialismo?** São Paulo: Paz e Terra, 1983. "Quais as alternativas à democracia representativa? p. 55-74.

GUIDDENS, Anthony. **Para além de esquerda e direita**. São Paulo: UNESP, 1996. Introdução p. 9 -30.

HAM, Christopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). Capítulos 2 e 3 (p. 39-91).

O'DONNELL, G. Anotações para uma teoria do Estado. In: **Revista de Cultura e Política**, nº4, 1981.

OSZLAK, O. Estado y sociedad: ¿nuevas reglas de juego? **Reforma Y Democracia: Revista del CLAD**. N.9 (Oct. 1997), p. 7-61

PRZWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Parte 3, "O governo do capital" - p. 87-115.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1997. Cap. 6, "A democracia vertical", p.181-245.

V – Bibliografia Complementar

BOBBIO, Norberto & BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAHL, Robert. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. Cap. 3 - A democracia poliárquica.

GIDDENS, Anthony. **O Mundo na Era da Globalização**. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

SANTOS, Wanderley G. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978. "A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa", pp.67-117.

SARTORI, Giovanni. **Teoria democrática**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965. Cap. XV, "Liberalismo e democracia", p. 366-393.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Rio de Janeiro, LCT, 1998.

Disciplina 2	O PÚBLICO e o PRIVADO na Gestão PÚBLICA
--------------	---

I – Objetivo

Essa disciplina tem por objetivo delimitar com clareza para o aluno as diferenças entre a esfera privada, que é o âmbito de atuação por excelência do administrador de empresas, e a esfera pública, na qual se situa a Administração pública e age o gestor público.

II – Ementa – Fatos Geradores

A adequada compreensão de longos e complexos processos de transformação social, como os experimentados pelo Brasil desde a proclamação da República até os dias de hoje, repousa sobre um conjunto variado de saberes produzidos por diferentes disciplinas, como a história, a sociologia, a economia, a administração, o direito e a ciência política. Para que esses vários conhecimentos possam ser devidamente associados e adequadamente assimilados, faz-se necessária a adoção de uma perspectiva interdisciplinar e histórica afim de costurá-los com a linha do tempo. Assim, interdisciplinaridade e contextualização histórica são os eixos fundamentais que devem orientar o desenvolvimento desta disciplina.

III – Ementa

Tradicionalmente, os poucos cursos de administração pública oferecidos no país partem do núcleo duro das teorias e disciplinas que compõem os currículos de administração de empresas, a ele acrescentando alguns outros temas e matérias mais diretamente ligados à gestão dos negócios públicos pelo Estado. Esse ponto de partida deixa de pôr suficientemente em relevo a diferença fundamental entre a esfera pública e a privada, da qual derivam todas as demais diferenças teleológicas, organizacionais e funcionais existentes entre as organizações do Estado e as da sociedade civil, sejam elas empresas, sindicatos e associações com ou sem fins lucrativos. Por ser essencial ao gestor público ter absoluta clareza dessa diferença, de forma a poder exercer adequadamente as suas funções e atribuições com as quais ele se encontra investido na qualidade de servidor público, é que esta disciplina foi inserida no módulo básico deste curso. Da precisa separação entre esfera pública e esfera privada, que remonta ao Direito Romano, mas que só recentemente adquiriu os seus contornos mais definidos nas sociedades contemporâneas do Ocidente, é que decorrem todas as demais diferenciações relevantes para o agente público: de um Direito PÚBLICO e de um Direito PRIVADO; a separação entre Estado e sociedade civil; a delimitação dos poderes dos governantes em relação ao conjunto do Estado e aos cidadãos.

- A dicotomia público-privado; a primazia do público sobre o privado; as fronteiras entre o público e o privado; as prerrogativas do Estado sobre os agentes privados; os

direitos do cidadão e os deveres do estado; interesses privados e interesses coletivos; Instituição e organização; organizações públicas e organizações privadas.

- O servidor como agente da ação do Estado; os diferentes agentes públicos e as suas formas de investidura; as prerrogativas do estado e as garantias do servidor; regime estatutário e regime contratual; vínculo estatutário e vínculo empregatício; cargo público e emprego no setor privado; A ética profissional do servidor público.
- Os princípios norteadores do serviço público – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; poderes e deveres do administrador público; dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade, dever de prestar contas; poder disciplinar, poder de polícia, poder discricionário.
- As diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades.
- Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais; reorientação do papel do estado: da produção à regulação de bens e serviços; a defesa do interesse público na competição globalizada: Estado e agentes econômicos privados internacionais; novos princípios de gestão pública: planejamento participativo; democratização do Estado; promoção da cidadania. a nova orientação estratégica de governo federal: inclusão social e redução das desigualdades; crescimento econômico com geração de emprego e renda; promoção da cidadania e fortalecimento da democracia.

IV – Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 1, “A grande dicotomia: público/privado”, p. 13-31.

CARVALHO, Iuri M. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado: parâmetros para uma reconstrução. In: **Revista Diálogo Jurídico**, nº 16, Salvador, 2007. Disponível em: http://www.direitopublico.com.br/pdf/PrincípiodaSupremacia_ULTIMAVERSAO.pdf. Acesso em: 18 jun. 2009.

MEIRELLES, Helly Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 14^a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

NASCIMENTO, Márcio G. O controle da administração pública no Estado de Direito. **Direitonet**, 2005. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/x/20/23/2023/>. Acesso em: 18 jun. 2009.

PÓ, Marcos V. & ABRUCIO, Fernando L. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras semelhanças e diferenças. In: **RAP**, nº 40 vol. 4, jul/ago 2006. p. 679-98.

V – Bibliografia Complementar

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UnB. 1986.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 3, "Estado, poder e governo", p. 53-133.

BORÓN, Atilo. Las 'reformas del estado' en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática. In: **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2004.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. **A reforma do Estado nos anos 90**: lógicas e mecanismos de controle. Brasília: Mare, 1997.

_____. Da administração pública burocrática à gerencial, **Revista do Serviço Público**. Brasília: ENAP. Volume 120, n. 1, jan-abr, 1996.

DINIZ, Paulo. **Responsabilidade social empresarial e sociedade política**: elementos para um debate acerca da questão social no neoliberalismo. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais, Uberlândia, 2007. Capítulos 1 e 2. Disponível em: <<http://www.cadtm.org/IMG/pdf/031227boron.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido**: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. **InterfacEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. 2006. Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/images/artigos/74_pdf.pdf>

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. **Do espírito das leis**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

PAES DE PAULA, Ana. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. In: **RAE**, FGV, Volume 45, Número 1, Jan/Mar 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SAES, Décio. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In: **República do capital** – capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo, Bomtempo, 1998.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

Essa disciplina tem por objeto levar o aluno a compreender como o Estado e a sociedade foram se modificando e desenvolvendo no Brasil, a partir da Primeira República, até chegar à conformação em que se encontram atualmente.

II – Ementa – Fatos Geradores

A adequada compreensão de longos e complexos processos de transformação social, como os experimentados pelo Brasil desde a proclamação da República até os dias de hoje, repousa sobre um conjunto variado de saberes produzidos por diferentes disciplinas, como a história, a sociologia, a economia, a administração, o direito e a ciência política. Para que esses vários conhecimentos possam ser devidamente associados e adequadamente assimilados, faz-se necessária a adoção de uma perspectiva interdisciplinar e histórica afim de costurá-los com a linha do tempo. Assim, interdisciplinaridade e contextualização histórica são os eixos fundamentais que devem orientar o desenvolvimento desta disciplina.

III – Ementas – Tópicos

Desenvolvimento econômico, mudança social e centralização e descentralização político-administrativas no Brasil: Da República oligárquica à República democrática do Século XXI .

1. Federalismo e governo de elites na primeira República (ABRÚCIO, 1998, Cap 1; BRESSER-PEREIRA, 2001);
2. Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas (1930-1945) (SOUZA, 1976, Cap. IV; SANTOS, 1979, Cap. 4);
3. Democracia e desenvolvimento sob a Segunda República (1946-1964) (SOUZA, 1976, Cap. V; LESSA, 1983, SOARES, 1973); e
4. Autoritarismo e redemocratização (ABRÚCIO, 1998, Cap. 2; BRESSER-PEREIRA, 2001; SANTOS, 1979, Cap. 5; REIS, 1978; DINIZ, 1997).

IV – Bibliografia Básica

ABRUCIO, Fernando L. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1998. Cap. 2, “A passagem do modelo unionista-autoritário para o federalismo estadualista: a origem do novo poder dos governadores”, p.59-108.

BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilheim e Sachs (Org.). **Brasil**: Um Século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 222-259.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. (Org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: UnB, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados, 1989-1994. In: **DADOS**, vol. 38, nº3, 1995.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica.** 4^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64.** São Paulo: Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista e o ornitorrinco.** S. Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça.** Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. I e II.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SOUZA, Maria C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. Cap. IV, “Os mecanismo da centralização” p. 83-104.

V – Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Maria H. T. Federalismo e políticas sociais. In: **Rev. bras. Ci. Soc**, 1995, vol.10, n. 28, p. 88-108.

FLEURY, Maria T. Leme, FISCHER, Rosa M. **Cultura e poder nas organizações.** São Paulo: Atlas, 1997.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: **Revista de Cultura e Política**, 2006, vol., n. 69.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: **Dados**, v.34, n.3, 1991, p.311-348.

LAVINAS, Lena; MAGINA, Manoel A.; COUTO E SILVA, Mônica. **Federalismo e regionalização dos recursos públicos.** Rio de Janeiro : IPEA, 1995. [Textos para discussão n. 369].

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. **Os partidos políticos brasileiros:** a experiência federal e regional, 1945-1964. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: **História geral da civilização brasileira.** São Paulo: DIFEL, 1975. Tomo III – O Brasil Republicano, Livro 1, 1975. Cap. 3.

REIS, Fábio Wanderley (Org.). **Os partidos e o regime:** a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Símbolo, 1978.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

I – Objetivo

A disciplina apresenta esses dois enfoques do estudo das Políticas Públicas, mostrando como se deu a sua gênese e desenvolvimento, estabelecendo suas diferenças em termos de objeto, metodologia, viés ideológico, e explicitando as razões que fazem com que o Enfoque da Análise de Políticas seja mais adequado aos propósitos da Gestão Pública. Seu objetivo central é capacitar o aluno a perceber as duas faces da Política Pública: a de planejamento aparentemente racional e neutro realizado pelo Estado (*policy*) e a de resultante de ações dos atores políticos visando à defesa dos seus interesses e valores (*politics*). Para tanto, se apóia no estudo do ciclo da política ou do processo de elaboração da política pública, entendido como o conjunto dos momentos de formulação, implementação e avaliação, através de utilização de conceitos como conflito aberto, encoberto e latente, não-tomada de decisão, modelo cognitivo, política simbólica.

II – Ementa – Fatos Geradores

Analizar as políticas públicas no cunho sócio-econômico como os relacionados à distribuição de renda e riqueza, à geração de trabalho e renda, à inclusão social, à realização de reformas, ao aumento da transparência e da participação popular, serão, muito provavelmente, priorizados. As trajetórias das políticas públicas concernentes a sua dimensão e os efeitos da inclusão da agenda neoliberal no seu processo de elaboração, serão estudadas a partir dos instrumentos usualmente empregados para analisar a conjuntura: reformas e coalizões.

III – Ementa Tópicos

Sociedade. Política. Política Pública. Análise política. Análise de políticas. As principais abordagens na análise de políticas públicas e o modelo sistêmico. A concepção do “ciclo da política”. Atores políticos (stakeholders). Interesses e expectativas. Poder e recursos de poder. Bem público. Escolha racional. Experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular: conselhos, redes, parcerias e novos arranjos institucionais no nível local de governo. A formação de agenda de políticas públicas. Tipos de demandas. Decisão. Não-decisão. Arenas políticas. Padrões de comportamento e interação dos atores. Modelos de análise do processo decisório: racional, organizacional e modelo da política burocrática. As lógicas do processo decisório: racional-compreensiva, incremental e mixed-scanning. Relações entre formulação e implementação. Modelos de implementação de políticas. Avaliação. Acompanhamento. Monitoramento. Pesquisa Avaliativa. Tipos de avaliação. Critérios de avaliação. Controle e avaliação de políticas públicas. Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Regularidades das políticas públicas no Brasil. Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas.

IV– Bibliografia Básica

ARRETCHÉ, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: **Rev. bras. Ci. Soc.**, Jun. 1999, vol.14, nº.40, p.111-141.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: **Revista do Serviço Público**, nº. 2, abr-jun 1998.

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 1999.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. Campinas: Papirus, 1996.

DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. In: **Revista do Serviço Público**, nº. 1, jan-mar 2001.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Qualidade de Vida e Reformas Sociais**: O Brasil no Cenário Latino-Americano. Lua Nova, nº. 31, 1993, p. 5-46.

DRAIBE, Sônia Miriam. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. In: **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 11, nº. 4, out-dez 1997, p. 3-15.

DUNN, William N. **Public Policy Analysis**: An Introduction. 3rd. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004.

DYE, Thomas R. **Understanding Public Policy**. 11th.ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.

ELIAS, Paulo Eduardo. **Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde**. Lua Nova, nº. 40/41, 1997, p.193-215.

FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. In: **Cadernos FUNDAP** - Desafios da Gestão Pública Paulista. São Paulo: Fundap, set-dez, 1996, p. 59 –102.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, nº. 23, jun 2001.

LAURELL, Ana Cristina. **Para um novo Estado de Bem-Estar na América Latina**. Lua Nova, nº. 45, 1998, p. 187-204.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. Reforma do Estado no Setor de Saúde no Reino Unido e nos Estados Unidos. In: **Cadernos ENAP**, nº.13, 1997, p. 79-112.

MELLO, Guiomar Namo. Políticas Públicas de Educação. In: **Estudos Avançados** (USP), vol.5, nº. 13, 1991, p. 7-47.

MENY, Ives e THOENIG, Jean-Claude. **Las Políticas Públicas**. Madrid: Ariel, 1992.

MESA LAGO, Carmelo. Desarrollo social, reforma del Estado y de la seguridad social, al umbral del siglo XXI. In: **Revista del CLAD**: Reforma y Democracia. n. 15, outubro de 1999, p 7 – 70.

MILANI, Carlos R.S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. In: **Sociologias**, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 180-214.

MISHRA, Ramesh. **O Estado-Providência na Sociedade Capitalista**. Portugal: Celta Editora, 1995.

NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil**: Clientelismo e Insulamento Burocrático. Brasília: ENAP, 1997.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação: Um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O Desmonte da Nação**: Balanço do Governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152.

PATTON, Carl V.; SAWICKI, David S. **Basic Methods of Policy Analysis and Planning**. 2nd ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 1993.

RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais**. São Paulo: Cortez, 1999.

SAMPAIO Jr. Plínio de Arruda. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 1 “Teoria social e análise de políticas públicas”, pp. 11-14, e cap. 2 “Legislação, instituições e recursos da política social brasileira”, p. 15-44

SUBIRATS, Joan. **Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración**. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: **Revista de Administração Pública**, vol. 30, nº. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.

V – Bibliografia Complementar

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os Enfoques de Avaliação e Análise de Políticas Públicas**: uma contribuição para a área educacional. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Revista de Sociología e Política**, v.17, n.15, nov, 2000.

HAM, Christopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp).

ROTH, André-Noël. **Políticas Públicas**: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 4 “Teoria do laissez-faire repressivo à cidadania em recesso”, p. 71-82, e cap. 5 “Acumulação e eqüidade na ordem autoritária brasileira”, p. 83-123.

I – Objetivo

O objetivo desta disciplina é, a partir da análise do contexto brasileiro atual, colocar em destaque a necessidade de elaboração e implementação do planejamento estratégico governamental levando em conta a natureza política, social e econômica cujo equacionamento não poderá ocorrer sem uma ativa participação do Estado; seja por intermédio de políticas públicas neles focalizadas, seja através da geração de um ambiente que permita um processo de negociação mais adequado entre os atores com eles envolvidos.

II – Ementa – Fatos Geradores

Uma questão a tratar a necessidade de elaboração e implementação dessa ferramenta de gestão para adequação do plano do plurianual as necessidades dos municípios.

II – Ementa – Tópicos

1. Introdução ao Planejamento Estratégico.
2. Aspectos Gerais e Históricos: a evolução do Planejamento no Brasil.
3. O Desenvolvimento Planejado.
4. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental.
5. Plano Plurianual.

IV – Bibliografia Básica

ALMEIDA Paulo R. **A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica**, 2004 (Mimeo).

CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. In: **Revista do Serviço Público**, Ano 54, Número 1, jan-mar 2003.

FISCHMANN, Adalberto A. e ALMEIDA, Martinho I. R. de. **Planejamento Estratégico na Prática**. São Paulo: Atlas, 1995.

LIMA, Blanca Olias de (Coord). **La Nueva Gestión Pública**. Pearson Educación S. A. Madrid, 2001.

MATUS Carlos. **O método PES**. São Paulo: Fundap, 1995, pp.51-100.

MINTZEMBERG, Henry. **Ascensão e Queda do Planejamento Estratégico**. São Paulo, Bookman, 2004. p.183-256.

MINTZEMBERG, Henry. **Safári de Estratégia**. São Paulo: Bookman, 1999.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. **Planejamento Estratégico**: conceitos, metodologia, práticas. SP: Atlas, 1988.

V – Bibliografia Complementar

MATUS, Carlos. **Política planejamento e governo**. Brasília: IPEA, 1996.

OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: **RAP**, Rio de Janeiro nº 40, v.1, Mar./Abr. 2006, pp.273-88.

Disciplina 6	O Estado e os Problemas Contemporâneos
--------------	--

Objetivo

O objetivo desta disciplina é, a partir da análise do contexto brasileiro atual, colocar em destaque problemas de natureza política, social e econômica cujo equacionamento não poderá ocorrer sem uma ativa participação do Estado; seja por intermédio de políticas públicas focalizadas, seja através da geração de um ambiente que permita um processo de negociação mais adequado entre os atores com eles envolvidos.

II – Ementa – Fatos Geradores

Uma questão a tratar é o processo, que parece estar ocorrendo, de crescente apropriação do público pelo privado. Esclarecer as características desse processo e evidenciar os procedimentos envolvidos, a partir da consideração desse tipo de problemas, é um dos objetivos da disciplina.

II – Ementa – Tópicos

Problemas de cunho socioeconômico, como os relacionados à distribuição de renda e riqueza; à geração de trabalho e renda; à inclusão social; à realização de reformas; ao aumento da transparência e da participação popular, serão, muito provavelmente, priorizados. As trajetórias das políticas públicas concernentes a esses problemas, e os efeitos da inclusão da agenda neoliberal no seu processo de elaboração, serão estudadas a partir dos instrumentos usualmente empregados para analisar a conjuntura: reformas e coalizões. Tema com abrangência nacional, regional ou local definido pela Coordenação do Curso.

IV – Bibliografia Básica

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácia e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. Cap. 3 “Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?”, p. 69-103.

ITUASSU Arthur; ALMEIDA Rodrigo (Org.) **O Brasil tem jeito?** Vol. 2: educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

V – Bibliografia Complementar

Disciplina 7	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública
--------------	---

Objetivo

O objetivo dessa disciplina é a de sistematizar as noções básicas e introduzir as potencialidades e limites da aplicação dos Indicadores nas diversas etapas do ciclo de formulação e avaliação de Políticas Públicas no Brasil. Ao apresentar as diferentes fontes de dados, pesquisas, relatórios sociais e sítios de informação estatística e indicadores procura-se oferecer aos estudantes os insumos básicos para elaboração de diagnósticos socioeconômicos abrangentes que subsidiam a proposição de programas sociais, bem como permitir a construção de sistemas de indicadores que viabilizem o monitoramento contínuo da ação governamental.

II – Ementa – Fatos Geradores

As atividades de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas vêm requerendo, em nível crescente, o uso de informações estatísticas e indicadores referidos às diferentes áreas de atuação governamental. Indicadores fornecem bases mais consistentes para justificar a demanda de recursos para um determinado projeto social a ser encaminhado a alguma instância de governo ou agência de fomento, para sustentar tecnicamente a relevância dos programas especificados nos Planos Plurianuais ou para monitorar periodicamente os efeitos da ação governamental.

Diagnósticos socioeconômicos com escopo abrangente e com detalhamento geográfico adequado são insumos básicos para orientar o planejamento governamental e para formulação de programas públicos mais ajustados à natureza e gravidade dos problemas sociais vivenciados. Sistemas de Monitoramento, por sua vez, contribuem para a gestão mais eficiente dos programas sociais. Enfim, os indicadores socioeconômicos são a base informacional de Diagnósticos para Programas Sociais e Sistemas de Monitoramento.

Além da aplicabilidade nas atividades inerentes à gestão de políticas públicas, nos últimos anos, os indicadores vêm sendo usados para conferir maior transparência, accountability e controle social do gasto público. Os órgãos de controle, como as controladorias e tribunais de contas, passaram a avaliar o desempenho dos programas e dos órgãos públicos com base não apenas na legalidade dos atos, mas nos indicadores de desempenho estabelecidos. Respondendo a essas demandas o IBGE, as agências e departamentos de estatísticas dos Ministérios e várias outras instituições públicas vêm produzindo e organizando um conjunto mais amplo de dados e indicadores sociais, econômicos e ambientais, disponibilizando-o em diferentes suportes e formatos como publicações, CD-ROMs e aplicativos de consulta na Internet

II – Ementa – Tópicos

Conceitos básicos sobre Indicadores Sociais:

- Introdução histórica;
- Indicadores Sociais: do conceito às medidas;
- Indicadores e os diagnósticos socioeconômicos;

- Principais Pesquisas e Fontes de Dados e de Indicadores Sociais;
- Principais produtores de dados e indicadores no Brasil;
- Os Censos Demográficos;
- As Pesquisas Amostrais e Institucionais do IBGE;
- Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas;
- Introdução às fontes de dados e indicadores econômicos;
- Dados e Indicadores Econômicos;
- Principais boletins de conjuntura; e
- Principais pesquisas econômicas do IBGE.

IV – Bibliografia Básica

FEIJÓ, C. et al. **Para entender a conjuntura econômica**. Barueri, Manole, 2008, p. 1-60.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH – **Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas**: uma análise crítica. Revista Brasileira. Est. Urbanos e Regionais, Salvador, 7 (1):73-89, 2005.

JANNUZZI, Paulo M. **Indicadores Sociais**: conceitos básicos para uso na avaliação e formulação de políticas. Campinas: Alínea 2001, p.11-63.

_____; CAVATI SOBRINHO, H. **Informação econômica no Sistema Estatístico Brasileiro**. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 15, n. 1, p. 75-90, 2005.

SANTAGADA, S. **Indicadores** sociais: uma primeira abordagem histórica. Pensamento Plural, Pelotas [01]: 113-142, julho/dezembro, 2007.

V – Bibliografia Complementar

CARDOSO, Regina L. S. **Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público**. São Paulo: CEPAM, 1999.

CARLEY, Michael. **Indicadores sociais**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CASTRO, M. H. Sistemas nacionais de avaliação e informações educacionais. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 121-128, 2000.

DEDDECA, Cláudio. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: Oliveira, C. A. B. et al. **Economia & Trabalho**: textos básicos. Campinas. Ed. Inst. Economia/UNICAMP, 1998.

GARCIA, R. C. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, 23-7:70,2001.

HAKKERT, Ralph. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte, ABEP, 1996. Disponível em: <www.abep.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

IBGE. **Indicadores sociais municipais.** Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais.** Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

_____. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

IPEA. **Boletim de Políticas Sociais.** Brasília, 2006.

_____. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio:** Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília, 2005. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

JANNUZZI, P. M.; GRACIOSO, L. A produção e a disseminação da informação estatística pelas agências estaduais no Brasil. **Revista São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, v. 16, n. 3, p. 92-103, 2002.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público.** Brasília 56 (2): 137-160, abr/jun 2005.

MENDONÇA, L. E.; SOUTO DE OLIVEIRA, J. **Pobreza e desigualdade:** repensando pressupostos. Observatório da Cidadania. Rio de Janeiro, n. 5, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Indicadores de atenção básica à Saúde.** Brasília: RIPSA, 2002.

NAHAS, M. I. P. et al. Metodologia de construção do Índice de Qualidade urbana dos municípios brasileiros. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** Caxambu, setembro de 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_420.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2009.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano.** Lisboa, 2007. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

RATTNER, H. **Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento.** 2007. Disponível em: <www.abdl.org.br/rattner>. Acesso em: 22 jun. 2009.

ROCHA, S. **Pobreza:** do que se trata afinal. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 43-76.

SCANDAR, W. J.; JANNUZZI, P. M.; SILVA, P. L. N. **Sistemas de indicadores ou indicadores sintéticos:** do que precisam os gestores de programas sociais? Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 17, n. 4, p. 1.191-1201, 2008.

TORRES, H. G. Demografia urbana e políticas sociais. **Rev. Bras. Est. Pop.** São Paulo, v. 23, n. 1, p. 27-42, jan./jun. 2006.

Disciplina de Nivelamento	Introdução à Modalidade EaD
---------------------------	-----------------------------

I – Objetivo

Familiarização com os novos recursos tecnológicos da comunicação e informação. Desenvolvimento de habilidades básicas para o manuseio de computadores e redes. Conhecimento e análise de programas aplicativos e seus possíveis usos na educação à distância como usuário. Familiarização com a rede de computadores Internet e suas aplicações na educação como usuário.

II – Ementa – Fatos Geradores

Propiciar a todos atores envolvidos o conhecimento das diferentes ferramentas e lógica que orientam o ensino e aprendizagem baseados na internet.

III – Ementa - Tópicos

1 Introdução à Computação

1.1 História da computação

1.2. O desenvolvimento das tecnologias de comunicação

1.3. Dos primeiros computadores às redes de comunicação: a Internet

2 Redes de computadores e a Internet

2.1. Redes de computadores

2.2. Internet

2.3 World Wide Web

2.4 Correio eletrônico

2.5 Aplicações avançadas para internet

3 Editores de texto

3.1. Editor de texto gráfico

3.2. Criação de textos

3.3 Formatação de textos

3.4 Funções avançadas com o editor de textos

4 Ambientes virtuais de ensino aprendizagem

4.1 Apresentação do ambiente

4.2 Principais funcionalidades

4.3 Interagindo com o ambiente

IV – Bibliografia Básica

MAIA, C. **Ead.br: Educação à distância no Brasil e na era da internet.** São Paulo : Anhembi Morumbi, 2000.

MELGAÇO, B. R. **Ambientes virtuais de aprendizagem.** Porto Alegre : Artmed, 2005.

VALENTINI, C. B.; SOARES, E. M.; SACRAMENTO, E.M. **Aprendizagem em ambientes virtuais.** Caxias do Sul : Educs, 2005.

V – Bibliografia Complementar

BIZZOTO, C. E. N.; BIANCHI, L; LOPES, M. C.; HEIZLE, R. **Informática básica, passo a passo, conciso e objetivo.** Florianópolis : Visual Books, 1999.

BROOKSHEAR, J. G. **Ciência da computação:** uma visão abrangente. 5. ed. Porto Alegre :Bookman, 2000.

Disciplina de Nivelamento	Metodologia Científica
---------------------------	------------------------

I – Objetivo

Capacitar os alunos para elaborar e apresentar projetos de pesquisas científicas relacionados às monografias ou artigos científicos.

II - Ementa – Fatos Geradores

Instrumentalizar os alunos no planejamento e apresentação das monografias ou dos artigos científicos referente à aplicação das normas do manual de estrutura e apresentação trabalhos científicos, monografias, artigos, dissertações e teses - MDT.

III - Ementa – Tópicos

1 MDT - Estrutura e Apresentação de Monografias, Dissertações e Teses

1.1 Introdução

1.2 Aspectos básicos para a apresentação escrita de trabalhos científicos

1.3 Caracterização de elementos pré-textuais

1.4 Elementos textuais

1.5 Elementos pós-textuais

1.6 Bibliografia

1.7 Anexo

2 Projeto do Trabalho de Conclusão do Curso

2.1 Relação Com o Meio

2.1.1 Conhecendo o problema, levantamento de dados.

2.1.2 Determinar políticas de trabalho.

2.2 Projeto de Pesquisa

2.2.1 Determinação de objetivos e Justificativa.

2.2.2 Revisando a Bibliografia

2.2.3 Determinando a Metodologia de Trabalho

2.3 Resultados

3 Descrição dos resultados

4 Conclusões

IV – Bibliografia Básica

CERVO, A. L. e BERVIAN, P.A. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Makron Books, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo. Atlas. 2003.

PAES DE BARROS, A. J. & SOUZA LEHFELD, N. A. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 5ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 102 p.

SEVERINO A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. PRPGP. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses – MDT/UFSM.** 5ed. Santa Maria: Ed. Da UFSM, PRPGP, 2000. 21p.

V – Bibliografia Complementar

ALVES, R. **Filosofia da Ciência:** Introdução ao jogo e suas regras. São Paulo, Edições Loyola, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:** informação e documentação: referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BARROS, A.J.S. e LEHFELD, N.A.S. **Fundamentos de metodologia científica.** 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000. 122p.

MARTINS, G. A. e LINTZ, A. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso.** São Paulo: Atlas, 2000.

RICHARDSON, R. J., et al. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo, Atlas, 1999.

16.2 Módulo Complementar: área de concentração Gestão Pública Municipal

O módulo complementar: área de Concentração é composto por sete disciplinas de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	IISEMESTRE	C.H.
01	Plano Diretor e Gestão Urbana	Ms. em Economia – Roberto da Luz Júnior (DCE – UFSM)	30
02	Gestão tributária	Ms. em Administração – Robson Machado da Rosa (DCC – UFSM)	30
03	Redes públicas e cooperação Local	Dr. em Administração – Marcelo Trevisan – (DCA – UFSM)	30
04	Gestão democrática e participativa	Dra. em Agronegócios Vania de Fátima Barros Estivalete (DCA – UFSM)	30
05	Gestão logística	Dr. em Engenharia de Produção – Luis Felipe Dias Lopes (DCA – UFSM)	30
06	Elaboração e avaliação de projetos	Dra. em Administração - Clandia Maffini Gomes (DCA – UFSM)	30
07	Processos Administrativos	Dr. em Administração – Mauri Leodir Löebler (DCA – UFSM)	30

-	TOTAL DE HORAS/AULA	I SEMESTRE DE 2015	210
---	----------------------------	--------------------	------------

16.2.1 Ementas e Bibliografia do Módulo Complementar: Área de Concentração Gestão Pública Municipal

Disciplina 01	Plano Diretor e Gestão Urbana
---------------	-------------------------------

I – Objetivo

Esta disciplina tem por objetivo desenvolver, particularmente nos gestores públicos municipais, a capacidade de leitura e análise da realidade urbana e rural do município, entendendo suas causas e demandas estruturais, para que possam construir novos processos e práticas de planejamento e gestão urbanos como meio para reverter o quadro de exclusão social e degradação das cidades brasileiras.

II – Ementa – Fatos Geradores

A grande maioria dos municípios brasileiros vê-se face ao desafio de elaborar ou implementar seu plano diretor, estabelecido, pela Constituição Federal de 1988, como “instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” do município. Esta nova atribuição exige, inicialmente, uma adequada análise da formação e da realidade atual do município, inserido no processo de urbanização brasileiro. Exige também o conhecimento dos novos marcos legais e instrumentos disponíveis para planejar e gerir seu território, que têm por fundamento o “Direito à Cidade”. A partir destes fundamentos levar o aluno a refletir sobre papel do planejamento e da gestão pública na produção da cidade, a avaliar a própria prática e o Plano Diretor do seu município (se existente) quanto ao seu potencial de transformar positivamente a realidade. Finalmente desenvolver o conhecimento dos procedimentos no campo da organização e gestão municipal para implementar o Plano Diretor Participativo.

III – Ementa - Tópicos

Introdução ao Planejamento: para que planejar as cidades? Histórico do planejamento no Brasil: expressão territorial da desigualdade. O quadro urbano atual. O novo marco legal e instrumentos para planejar os municípios com participação popular: Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, Resoluções do Conselho das Cidades. Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal. Planejamento participativo: construir cidades melhores e mais justas. Plano Diretor: A obrigatoriedade do Plano Diretor para os municípios; O que é um Plano Diretor; Conteúdo e Processo de elaboração do Plano Diretor Participativo; Responsabilidade do Poder Público e da Sociedade Civil. Implementação do Plano Diretor: Divulgação, Aplicabilidade, a reorganização interna da prefeitura. Gestão integrada e participativa do plano: monitoramento e Revisão do Plano Diretor.

IV – Bibliografia Básica

ESTATUTO DA CIDADE. Disponível em: <<http://www.estatutodacidade.org.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

GONDIM, Linda (Org.). **Plano diretor e o município**: novos tempos, novas práticas. Rio de Janeiro: IBAM, 1990.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Os vereadores no processo de elaboração dos planos diretores participativos**. Cartilha. Disponível em: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 2 fev. 2009.

_____. **Kit da campanha Plano Diretor Participativo, cidade de Todos**. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/programas/programa-de-fortalecimento-da-gestao-municipal-urbana/campanha-plano-diretor-participativo-1/kit-da-campanha-plano-diretor-participativo?searchterm=ki>>. Acesso em: 2 fev. 2009.

PINHEIRO, Otilie Macedo. **Estatuto da cidade, o jogo tem novas regras**. Cartilha. Belo Horizonte: CREA-MG, 2002. Disponível em: <<http://www.crea-mg.org.br/interna.aspx?id=4040&expand=0>>. Acesso em: 2 fev. 2009.

PINHEIRO, Otilie Macedo (Coord.). **Acesso à terra urbanizada**: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena. Florianópolis: UFSC, Ministério das Cidades, 2008.

PORTELA Eulalia Andréa Mendes et al. Planos diretores urbanos: limites dos instrumentos e desafios para a gestão urbana. In: **Anais do Seminário Internacional – Gestão da terra urbana e habitações de interesse social**. Campinas: FAU-PUC Campinas – Laboratório do Habitat/Instituto Pólis/Lincoln Institute of Land Policy, 2000. (CD-ROM).

RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. Plano diretor e a gestão democrática da cidade. In: **Reforma urbana e gestão democrática**: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2003.

ROLNIK, Raquel et al. **Estatuto da cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=160>. Acesso em: 2 fev. 2009.

ROLNIK, Raquel; PINHEIRO, Otilie (Orgs.). **Plano diretor participativo**: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades; Confea, 2005. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/programas/programa-de-fortalecimento-da-gestao-municipal-urbana/campanha-plano-diretor-participativo-1/kit-da-campanha-plano-diretor-participativo?searchterm=ki>>. Acesso em: 2 fev. 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos. Marcelo Lopes de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

VILLAÇA, F. Dilemas do plano diretor. In: **O município no século XXI**: cenários e perspectivas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, 1999.

V - Bibliografia Complementar

CYMBALISTA, Renato, SANTORO, Paula et al. **Planejamento territorial e plano diretor participativo, 2005**: Caixa: Polis/Ministério das Cidades, 2005. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=203>. Acesso em: 26 jun. 2009.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Abraço da Paz**. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetropoles.net/>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

MARICATO, Ermínia. "Sociedades Desiguais, cidades desiguais". In: **BRASIL, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, Vozes, 2001.

ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA Renato; NAKANO, Kazuo. **Solo urbano e habitação de interesse social**: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. São Paulo: Pólis. Disponível em: <<http://www.polis.org.br>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. In: **A prisão e a agora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

Disciplina 02	Gestão Tributária
---------------	-------------------

I – Objetivo

Apresentar os principais aspectos envolvidos para que a gestão tributária municipal possa ser praticada de forma global e integrada entre as diversas áreas e atividades do governo municipal.

II - Ementa – Fatos Geradores

A gestão tributária exige para sua elaboração, aprovação e gestão, conhecimentos bastante aprofundados do ciclo orçamentário e também a implementação de um sistema de informações que integre às etapas financeira, contábil, do ciclo de gestão das receitas e despesas dos municípios.

III – Ementa – Tópicos

1. Tributo: conceito e espécies.
2. O sistema tributário e os princípios constitucionais.
3. Lei Complementar e normas de Direito Tributário.
4. Lançamento tributário. Responsabilidade Tributária, vigência, aplicação, interpretação, obrigação tributária. A regra matriz de incidência tributária.
5. Imunidade, isenção, anistia e remissão. Infrações, sanções e crimes tributários. Tributos em espécie: IPTU, ISS, ITBI, TFE, TFA, TRSD, TRSS, FISLURB, taxas de polícia diversas, contribuição de melhoria, contribuição para custeio de iluminação pública.
6. Processo administrativo e judicial tributário.
7. O sistema de gestão tributária do município.
8. Sistema de tecnologia de informação e comunicação (TIC).

9. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).
10. Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).
11. Cadastramento de contribuintes: atualização cadastral.
12. Planejamento da ação fiscal.
13. Emissão de autos de infração e a gestão de recursos administrativos.
14. Acompanhamento e controle da receita própria municipal.

IV – Bibliografia Básica

CARVALHO, Fábio Junqueira, MURGEL, Maria Isabel. **Mini Reforma Tributária: Reflexões Sobre a lei nº 10.637/2002.** São Paulo: Mandamentos, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** São Paulo: Atlas, 2000.

FABRETTI, L. C. **Prática tributaria da micro e pequena empresa.** São Paulo: Atlas, 2003.

HARADA, Kiyoshi. **Direito tributário municipal:** sistema tributário municipal. São Paulo: Atlas, 2005.

PAULSEN, Leandro. **Impostos:** Federais, Estaduais e Municipais. 1 ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2004.

TÔRRES, Héleno Taveira (Coord.). **Leis Complementares em Matéria Tributária.** São Paulo: Manole, 2003.

V – Bibliografia Complementar

BULGARELLI, W. **Sociedades comerciais.** 9. ed., São Paulo: Atlas, 2000.

MEIRELLES, Ely Lopes. 1993. **Direito Municipal Brasileiro.** São Paulo, Malheiros, 2002.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Receitas Não Tributárias:** Taxas e Preços Públicos. São Paulo: Malheiros, 2003.

Disciplina 03	Redes Públicas e Cooperação Local
---------------	-----------------------------------

I – Objetivo

Apresentar o significado e a importância das redes públicas constituídas em processos de

cooperação para a elaboração e definição de planos/projetos estratégicos, que buscam integrar o Governo Local e organizações da sociedade civil.

II – Ementa – Fatos Geradores

Parte-se de uma leitura das tendências que aparecem como impulsionadoras de inovação na gestão local na atualidade, nas quais se situam os processos analisados: as redes públicas e as alianças com a sociedade civil.

III – Ementa - Tópicos

1. Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes.
2. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, o respeito cultural e à equidade social.
3. A transmissão do capital social (ou doenças transmissíveis) nas redes comunitárias.
4. A estrutura ou a arquitetura mais eficiente para uma rede de organizações.
5. Consórcios intermunicipais. Casos de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias. Concessões, PPPs, Consórcios.

IV – Bibliografia Básica

BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G.(ed.). **Networks and organizations: structure, form, and action.** Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992, p. 397-429.

CASSIOLATO, J.E. ; LASTRES, H.M.M. (Coords.) **Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

TEIXEIRA, Francisco (Org). **Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais.** São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.

V – Bibliografia Complementar

MEYER-STAMER, Jörg. **Estratégias de desenvolvimento local e regional:** clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica. Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper n. 28 setembro de 2.001, São Paulo, 2001.

MILES, Raymond E. & SNOW, Charles C. Network organizations: new concepts for new forms. In: **California management review.** California, Vol. XXVIII, N°. 3, p. 62-73, spring 1986.

I – Objetivo

Esta disciplina visa contextualizar o surgimento e a ampliação das práticas participativas no país, no âmbito dos municípios, relacionadas com a reorganização institucional após o fim do regime autoritário de 1964. Tem como objetivo também apresentar as principais experiências de participação em curso no Brasil, e as instituições responsáveis pelo controle das ações do Estado, os controles oficiais.

Visa também dotar os alunos com conhecimentos de natureza técnico-instrumental relativos à problemática do funcionamento organizacional, com particular destaque para os elementos de natureza democrática e participativa no contexto do desenvolvimento de uma governança auto-sustentável face à valorização dos ambientes que envolvem o poder público municipal.

II – Ementa – Fatos Geradores

A ampliação das práticas participativas no Brasil colocam-no como um dos países com maior infra estrutura institucional para viabilizar a participação, em contraste com seu passado autoritário. Ao lado disso, as instituições controladoras, como o Ministério Público e o Tribunal de Contas, adquiriram visibilidade e projeção, sendo atualmente vistas, principalmente o MP, como “salvaguardas” pela população.

III – Ementa- Tópicos

1. Fundamentos filosóficos, políticos e legais da gestão democrática no município. Princípios, processos e mecanismos da gestão democrática e participativa.
2. Relações da administração pública com os Conselhos Municipais. Relações entre gestão democrática e diferentes mecanismos e processos de participação social na gestão das dos serviços municipais.
3. Metodologias de intervenção / participação dos Conselhos Municipais, instituições e movimentos sociais no planejamento municipal.
4. Discutir o significado da política de controle social, em articulação direta com as instâncias de participação popular: Conselhos Estaduais de Saúde e Conselhos Municipais com Conselhos Populares, bem como visualizar os instrumentos de controle ditos oficiais: Tribunal de Contas e Ministério Público, detalhando seus papéis e definindo estratégias de atuação da gestão das políticas públicas de estado, para, consequentemente, estabelecer uma melhoria da prática e do exercício do controle social.

IV – Bibliografia Básica

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. In: **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 39, São Paulo, fev. 1999.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. In: **Dados**, v.50, n.3, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. In: **Opinião Pública**, v.14 n.1 Campinas jun. 2008.

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e des-consolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. In: **São Paulo em Perspectiva**, 2001, vol.15, n. 4.

DINIZ, E. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, E. AZEVEDO, S. (Org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior In: **Revista de Sociologia e Política** . v.16 n.30 Curitiba jun. 2008.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: **Revista de Cultura e Política**, 2006, vol., n. 69.

LAMOUNIER, B. e SOUZA, A. de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: **Dados**, v.34, n.3, 1991, p.311-348.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). 2003. **Democratizar a democracia - Os caminhos da democracia participativa**. Porto: Afrontamento.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. In: **São Paulo em Perspectiva**, vol.18, no.2, São Paulo, Apr./June 2004.

SOUZA, Celina (2001). Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: **São Paulo em Perspectiva**, Dez 2001, vol.15, nº 4, pp. 84-97.

WAMPLER, Brian. **A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: "boas práticas" devem ser promovidas ?** Opinião Pública, V.14 n.1 Campinas jun. 2008.

V - Bibliografia Complementar

BRASIL. **Lei nº 4.320/1964**. Disponível em:
<<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1964/4320.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Lei Complementar nº 101/2000. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/43/2000/101.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Lei nº 10.180/2001. Disponível em: <<http://www.marco.artigo19.org/node/55>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. **Lei nº 10.933, de 11 de Agosto de 2004**. Lei do PPA municipal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.933.htm>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 5.970**, de 25 de maio de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Decreto/D5790.htm>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. **Lei de Diretrizes Orçamentárias**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/atribuicoes_01_02.asp>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. **Lei Orçamentária Anual do município.** Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/atribuicoes_01_03.asp>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. **Lei Orgânica do Município:** dispositivos sobre tributação e orçamento. Disponível em: <www.rebidia.org.br/noticia1.html>. Acesso em: 26 jun. 2009.

AVRITZER, Leonardo. **Reforma Política e Participação no Brasil.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

ARRETCHE, Marta (2004). Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. In: **São Paulo em Perspectiva**, 18(2), 2004. p. 17-26. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 jun. 2009.

AZEVEDO, Sérgio de; PRATES, Antonio Augusto. Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva. In: **Ciências Hoje**, São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1991.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

Freitas, Mário S. N. (200). Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. In: **Bahia Análise e Dados**. Salvador, v. 12, n. 4, pp. 9-24, março 2003. Disponível em http://wi.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/financas/pag_09.pdf.

GARCIA, Ronaldo C. **Subsídios para Organizar as Avaliações da Ação Governamental.** Brasília: IPEA, 2001. [Texto para Discussão n. 776].

Orientações para a criação dos Conselhos Municipais -www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/conselhos-municipais.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Conselhos Municipais.** Orientações para a criação dos Conselhos Municipais. Disponível em: <www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/conselhos-municipais>. Acesso em: 26 jun. 2009.

SILVA, M. Z.; TOSI, A.; TATAGIBA, L. OLIVEIRA, B. P. C. Perfil dos Conselheiros da Prefeitura Municipal de Vitória (1984-2003). In: SILVA, Marta Z.; BRITO, Jr., Bajonas T. (Org.). **Participação Social na Gestão Pública:** olhares sobre as experiências de Vitória-ES. São Paulo: ANNABLUME, 2009, p. 99.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

I – Objetivo

A disciplina tem por objetivo principal apresentar a utilização do processo de racionalização da gestão logística para as atividades do governo municipal. Esta disciplina visa dotar os alunos do curso de especialização em gestão pública com conhecimentos teóricos e práticos sobre a disciplina logística. Dentre os conhecimentos a serem adquiridos pelos alunos destacam-se: conceitos básicos de logístico, passando pela definição do seu conceito, sua estreita relação com o Marketing e com a Qualidade, por suas atividades primárias ou de planejamento, ou seja, a gestão do processamento do pedido, gestão do transporte, gestão do estoque e gestão da localização, por suas atividades secundárias, ou de apoio operacional, destacando a compras, a seleção de fornecedores e a armazenagem. Por fim serão vistos métodos quantitativos aplicados à logística, dentre os quais, citam-se a Programação Linear, Regressão Linear, Roteirização de Veículos e Localização.

II – Ementa – Fatos Geradores

Toda e qualquer empresa ou repartição pública precisa obrigatoriamente movimentar recursos de seus fornecedores para seus depósitos e para seus clientes. A única forma sistêmica de realizar estas atividades é a logística. Assim, faz-se necessário e estudar e ter um claro conhecimento de logística e suas atividades de planejamento e atividades operacionais, bem como métodos quantitativos que forneçam respostas mais técnicas e menos empíricas para o tomador de decisão quer seja na iniciativa privada, quer seja no serviço público.

Tal preocupação tem referências na necessidade reestruturação experimentada pelo poder público e no processo de melhoria da gestão, de forma que viabilize e contemple uma nova logística, que minimize as distâncias, a burocracia e melhore a prestação dos serviços. Criando uma relação mais sistemática empírica entre os órgãos do governo municipal, criados para solucionar problemas e otimizar os recursos sociais.

III – Ementa - Tópicos

1. Introdução a Logística.
2. Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da Logística.
3. Nível de Serviço Logístico.
4. Gestão de Compras. Gestão de Estoques.
5. Processo de Negociação com Fornecedores.

IV – Bibliografia Básica

ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**: Planejamento, organização e logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BOWERSOX, D. J. CLOSS, D. J. **Logística Empresarial** – o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.

CHRISTOPHER, Martin. **O Marketing da Logística**. São Paulo: Futura, 1999.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2002.

VIANA, João José. **Administração de Materiais**: um enfoque. São Paulo: Atlas, 2001.

NOVAES, Antônio Galvão. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: Estratégia, Operação e Avaliação**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.

V - Bibliografia complementar

ARAÚJO, J. S. de. **Almoxarifados**: administração e organização. São Paulo: Atlas, 1981.

_____. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Administração de compras e armazenamento**. São Paulo: Atlas, 1998.

BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial** – São Paulo. Atlas, 1993.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil (CF/88)**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

_____. **Lei de Licitações nº 8.666/93**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

_____. **Lei nº 101/2000**, de Responsabilidade Fiscal (CF/88). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

DIAS, M. A. P. **Administração de materiais**: uma edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

DIAS, M. A. P. **Administração de materiais**: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas 1998.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2003.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**: Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Lino Martins da. **Manual de Contabilidade Pública**: Um Enfoque Administrativo. São Paulo: Atlas, 2004.

ROSA, Márcio Fernando Elias. **Direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2006.

VIANA, João José. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.

I – Objetivo

Esta disciplina visa dotar os alunos de conhecimentos de natureza técnico-instrumental no âmbito da problemática da gestão estratégica, tática e operacional, com particular destaque para os elementos de recursos informacionais necessários para a elaboração e avaliação de projetos.

II – Ementa – Fatos Geradores

Nos últimos anos, nos órgãos públicos difundiu-se a consciência da necessidade de elaboração de projetos pelos órgãos públicos visando não apenas captação de recursos, mas sim o atendimento dos anseios e interesses da sociedade civil.

III – Ementa - Tópicos

Compreender como e em quais contextos a elaboração e estruturação de projetos contribuem para gestão pública municipal e desenvolvimento local. Construir os conceitos e indicar algumas ferramentas existentes para elaboração de projetos. Discutir qual a utilidade e em qual contexto o projeto deve ser estruturado. Apontar as etapas de um projeto. Conhecer a lógica interna e discutir as consistências pertinentes ao projeto. O papel do gestor municipal, a gestão, o monitoramento, a avaliação, a conclusão de um projeto e os encaminhamentos a serem realizados em seu término.

IV– Bibliografia Básica

ARMANI, Domingos. **Como Elaborar Projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GTZ. **Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos:** método ZOPP. Recife: GTZ/ SUDENE/IICA, 1993.

HUERTAS, Franco. **O método PES:** entrevista com Matus. São Paulo: FUNDAP, 1996.

MELNICK, Julio. **Manual de projetos de desenvolvimento econômico** (Nações Unidas). Rio de Janeiro: Unilivros, 1981.

V– Bibliografia Complementar

BROSE, Markus. **Introdução à moderação e ao método ZOPP.** Recife: GTZ, 1993.

DROR, Yehezkel. **A Capacidade para governar:** informe ao Clube de Roma. Tradução Carolina Andrade. São Paulo: FUNDAP, 1999.

MATUS, Carlos. **Adeus, senhor presidente**: Governantes e Governados. São Paulo: FUNDAP, 1996.

_____. **Estratégias Políticas: Chimpanzé, Maquiavel e Gandhi**. Tradução Giselda Barroso Sauveur. São Paulo, FUNDAP, 1996.

Disciplina 07	Processos Administrativos
---------------	---------------------------

I – Objetivo

Esta disciplina visa dotar os alunos com conhecimentos de natureza técnica instrumental, no âmbito da problemática do funcionamento organizacional com particular destaque para os elementos de natureza gerencial, o contexto do desenvolvimento de uma governança auto-sustentável face à valorização dos ambientes externos das organizações e à necessidade de incorporação do esquema conceitual normativo – descritivo da administração.

II – Ementa – Fatos Geradores

As instituições públicas municipais passaram a sentir a necessidade de humanizar e democratizar a administração colocando os servidores públicos em harmonia com suas funções através de processos administrativos mais apropriados ao exercício das atividades cotidianas que desempenham para a comunidade em que estão inseridas.

III - Ementa - Tópicos

Abordagens conceituais sobre processos; organizações e suas múltiplas configurações; tipos de organização e suas respectivas orientações para processos; critérios de interdependência (visões: tradicional, contemporânea e inovadora); organizações públicas e suas configurações. Identificação de processos; ferramentas para identificação e mapeamento de processos; padrões para fluxogramação; metodologia para mapeamento de processos; a importância do fator documentação e a necessidade de capacitação e qualificação de pessoas.

IV - Bibliografia Básica

MINTZBERG, H. **Criando organizações eficazes**: estruturas em cinco configurações. São Paulo; Atlas, 1995.

ROBBINS, Stephen P. **O processo administrativo**: integrando teoria e prática. São Paulo, Atlas 1981.

V- Bibliografia complementar

HARVARD B. R. **Processo decisório**: os melhores artigos da Harvard Business Review.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2008.

Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

NADLER, D. **Arquitetura organizacional**: a chave para a mudança empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

RUMMLER, G. A. BRACHE, A. P. **Melhores desempenhos das organizações**: uma abordagem prática para transformar organizações através da reengenharia. São Paulo: Makron Books, 1994.

17 Corpo Docente

O corpo docente será formado por professores com titulação de mestrado e doutorado. O *currículo lattes* resumido de cada docente está no item 20 deste projeto.

18 Metodologia

O Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal será ofertado na modalidade a distância. A Educação a Distância (EaD) não deve ser reduzida a questões metodológicas, ou de gerenciamento, ou como possibilidade apenas de emprego de Novas Tecnologias da Comunicação (NTCs) na prática docente e no processo formativo dos estudantes.

Não existe uma metodologia de Educação a Distância (EaD) e menos ainda um “modelo” único de oferta de cursos a distância. Cada instituição, ao longo desses anos, vem construindo sua experiência em EaD e amoldando a modalidade, dando-lhe uma cara própria, calcada na realidade local e na trajetória da instituição e dos profissionais que atuam na EaD.

Por isso, nesse projeto **não cabe** definir aspectos procedimentais e de organização do curso, isso será definido no projeto pedagógico de cada instituição. O que podemos acenar aqui são aspectos gerais sobre a modalidade de EaD, em sua dimensão conceitual e de gestão, para garantir qualidade na formação dos cursistas desse curso de especialização.

18.1 A organização do sistema de EaD

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, onde modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação não dão mais conta da complexidade do fenômeno e da prática educativa.

O paradigma positivista precisa ser totalmente substituído por um outro ou outros. Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas, das relações. A EaD, neste sentido, oferece possibilidades de uma nova prática educativa e social, por suas características e sua forma de organizar a aprendizagem e os processos formativos.

Exige, pois, uma *organização de apoio institucional* e uma *mediação pedagógica* que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição". Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem irá cuidar para que este chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso ao orientador (tutor), do autor ao tecnólogo educacional (*instrucional designer*), do editor ao artista gráfico (*web designer*).

A EaD deve ser pensada, então, e implementada pela "instituição ensinante" numa perspectiva sistêmica. A metáfora da rede traduz bem esta nova visão da organização do trabalho pedagógico (Ver Figura 3).

- *O estudante*: aluno matriculado no curso e que irá estudar "a distância";
- *Professores autores*: responsáveis pela produção dos Textos de Apoio;
- Professores "especialistas": responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- Professores pesquisadores:
- *Tutores/Orientadores*: bacharéis em Administração e nas áreas dos Módulos Específicos, com a função de acompanhar, apoiar e avaliar os cursistas em sua caminhada. Podem ser os próprios professores do curso, ou o professor "especialista", responsável pela oferta da disciplina formar uma equipe de orientadores, sob sua supervisão;
- *Equipe de apoio tecnológico e de logística*;
- *O material didático*: o elo de diálogo do estudante com o autor, com o professor especialista, com o orientador;
- *O Núcleo/Centro/ Secretaria de Educação a Distância*: em que atua a equipe pedagógica do curso, composta por professores e técnicos de diferentes áreas do conhecimento, responsável pela gestão do projeto pedagógico do curso e/ou da modalidade;
- *Pólos de Apoio Presencial*, onde se oferece ao cursista estrutura de apoio ao desenvolvimento de suas atividades no curso.

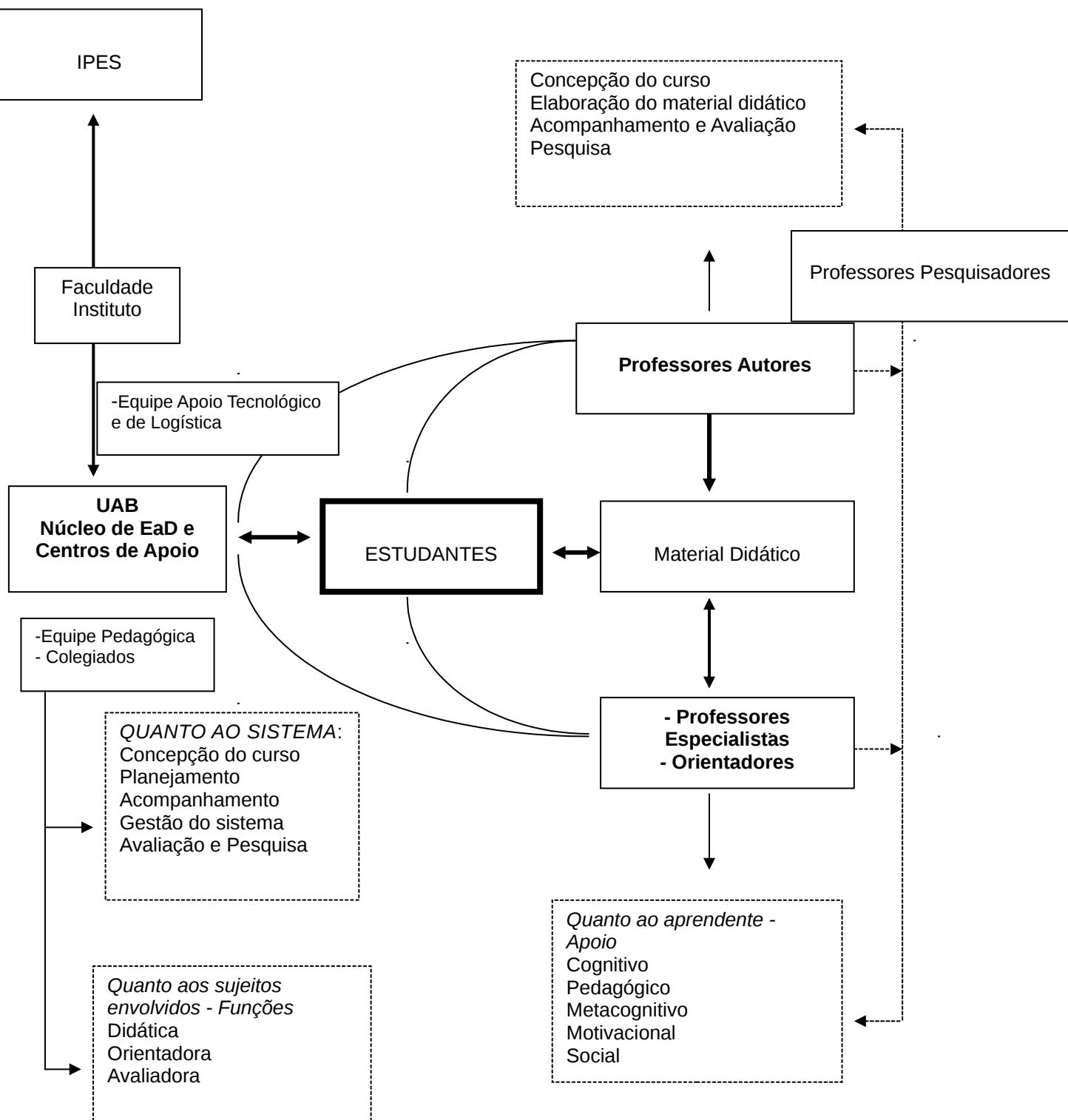


Figura 3: Componentes da ação formativa no curso de Especialização em Gestão Pública Municipal - a distância.

Fonte: PRETI, 1996 (adaptação).

Assim organizada, a “instituição ensinante” poderá oferecer saber atualizado (filtrando o mais válido das recentes produções científicas), dando prioridade aos conhecimentos

instrumentais (“aprender a aprender”), visando educação permanente do cidadão e estando compromissada com o meio circundante.

Para tal, nessa organização devem estar presente constantemente:

- A *estrutura organizativa*, composta pelos subsistemas de concepção, produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Pólos de Apoio Presencial.
- A *comunicação*: que deverá ser multidirecional, com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia, com diversos meio e linguagens, exige, como qualquer aprendizagem, uma implicação consciente do aprendiz, uma intencionalidade, uma atitude adequada, as destrezas e conhecimentos prévios necessários. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos alunos.
- O *trabalho cooperativo*: somos frutos de uma formação que privilegiou o individualismo e a competição. Na modalidade a distância, o que há, na maioria das vezes, são trabalhos de parcerias entre diferentes profissionais (autores, designer instrucional, web designer, tecnólogos educacionais, orientadores), com muita pouca interação e diálogo. A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, devem se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma “comunidade de aprendizagem”.

Mas como vai “funcionar” esse curso de especialização a distância? Na Figura 4 desenhamos o caminho proposto a ser percorrido pelo cursista.

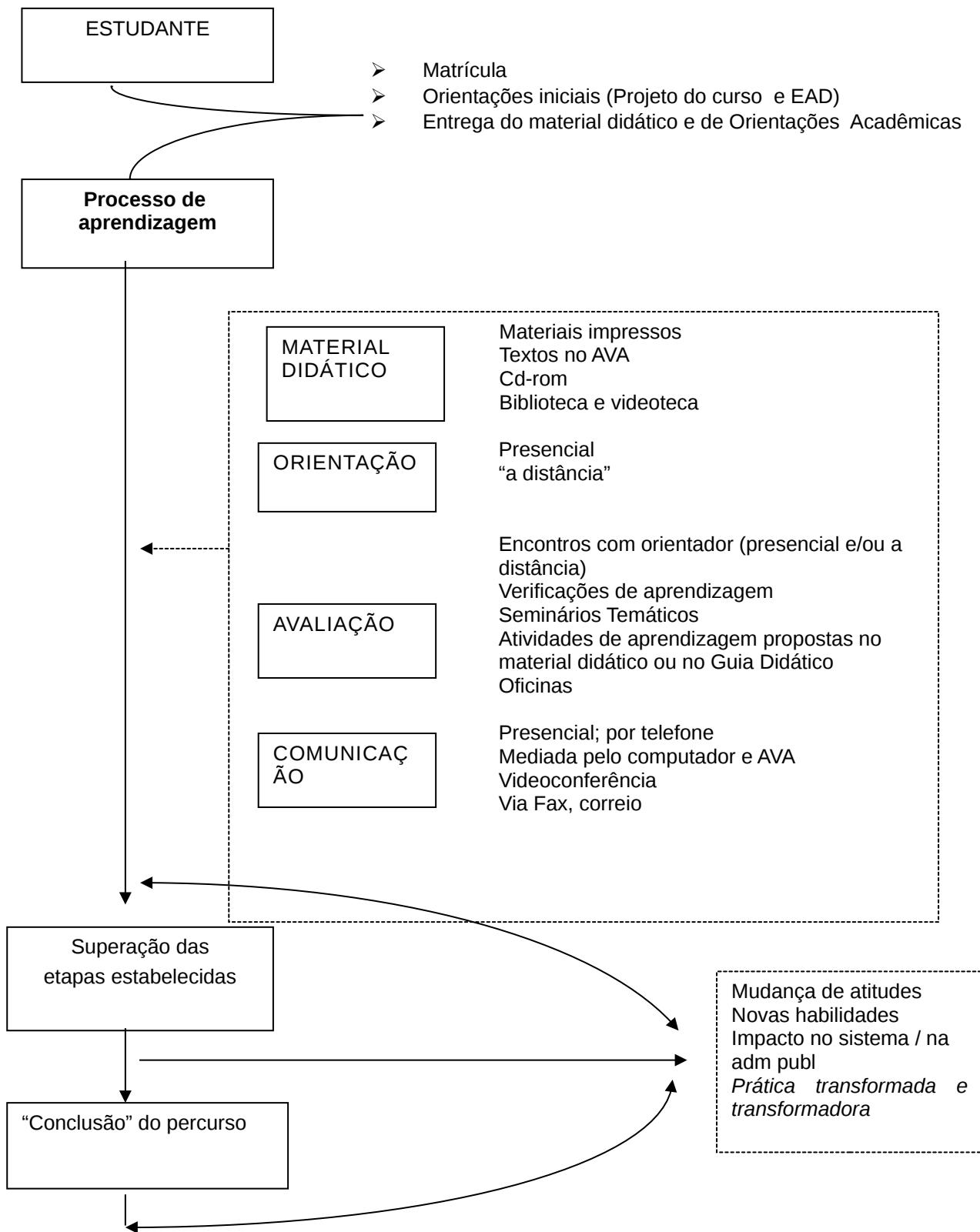
É importante frisar que todos os passos e etapas do curso são planejados pela equipe pedagógica com antecedência e que os estudantes devem ser informados desde o início de seu percurso. Por isso, ao matricular-se, o estudante recebe o Projeto Pedagógico do curso contendo todas as informações referentes ao curso e à modalidade e o calendário do semestre, ou do ano.

Cada disciplina tem momentos presenciais e a distância. No momento a *distância*, o aluno lê o Texto de Apoio, tendo que apresentar atividades de aprendizagem em que evidencia sua compreensão dos conteúdos estudados e sua aplicação no campo da Administração Pública Municipal.

Nos *Encontros Presenciais*, que podem ocupar um dia ou um dia e meio, são realizadas as avaliações da disciplina, por meio de provas subjetivas, ou exposição de trabalhos, ou realização de oficinas. Na véspera da avaliação, como momento de fechamento da disciplina, pode-se organizar um encontro dos alunos com o professor responsável pela mesma. Aproveita-se a presença dos alunos para discussão temática com o professor da disciplina que será oferecida em seguida.

O aluno enviará as atividades e manterá contato com o seu orientador utilizando sempre o ambiente virtual de aprendizagem, para que tudo fique registrado no sistema, evitando dissabores, muito comuns quando se utiliza outra rede de comunicação, como o correio eletrônico.

Figura 4: Percurso do estudante



Fonte: PRETI, 1996 (adaptação).

Caso o trabalho apresentado ou a avaliação escrita não atender aos requisitos mínimos estabelecidos, o orientador indicará ao aluno literatura complementar que o auxilie a completar sua compreensão sobre o tema em estudo. O aluno deverá rever o trabalho ou se submeter a outra avaliação até o final da disciplina seguinte. Aconselha-se

não deixar o aluno se apresentar nos Encontros Presenciais com mais do que duas avaliações.

No desenvolvimento do curso, são oferecidos aos alunos suportes administrativo, pedagógico, cognitivo, metacognitivo, motivacional, propiciando-lhe clima de auto-aprendizagem e oferecendo, assim, ensino de qualidade.

A modalidade a distância, portanto, não deve ser pensada como algo à parte da organização de ensino. É necessário que o aluno compreenda que Educação a Distância é educação permanente, contínua e que, dadas suas características, se faz imprescindível a organização de um sistema que ofereça ao estudante as condições para que o mesmo efetue sua formação profissional.

18.2 Equipe Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta pelo corpo docente, tutores e pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e funções técnicas para produção e manutenção das TIC utilizadas no curso.

Programa de Formação e Atualização da Equipe Multidisciplinar

O curso terá as sua disposição uma equipe multidisciplinar e de suporte compostas por técnicos-administrativos que proporcionarão o apoio Administrativo/Operacional, Inclusive com a oferta de capacitações a professores e tutores. A formação e atualização ocorrerão conforme as demandas do curso e planejamento conjunto da Coordenação com o NTE/UFSM, atendendo assim as demandas específicas do curso em alguns dos temas mencionados abaixo:

- I. Produção dos Materiais
- II. Formação de Tutores
- III. Formação em Gestão de Educação a Distância – Curso para pessoal técnico-administrativo e de coordenação, até mesmo acadêmica, para a gestão dos processos estratégicos, logísticos e operacionais dos Cursos da UAB. Poderá ser mantido como oferta contínua, com material autoinstrucional e apoio pela Internet para a equipe de gerenciamento e execução administrativa do Curso de Administração.
- IV. Formação de pessoal Técnico/Administrativo – Curso sobre a estrutura e o projeto político-pedagógico do curso, bem como sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado.

18.3 A Organização do Curso

Infraestrutura e Processo de Gestão Acadêmico-Administrativa

A Educação a Distância, embora prescinda da relação face-a-face em todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre alunos, professores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- a) A implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- b) A produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- c) Processos de orientação e avaliação próprios;
- d) Monitoramento do percurso do estudante.
- e) Criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos alunos.

Para o curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, na modalidade a distância, a estrutura e organização do sistema que dá suporte à ação educativa prevêem:

18.3.1 REDE COMUNICACIONAL

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Pólos onde o curso e a IPES. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica na IPES, com a garantia de:

- a) Manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- b) Designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- c) Manutenção dos núcleos tecnológicos na IPES e nos Pólos, que dêem suporte à rede comunicacional prevista para o curso;
- d) Organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Pólos e a IPES.

18.3.2 PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

A produção do conteúdo básico será realizada por autores especialistas, coordenados pela UAB, e sua distribuição às IPES será feita pela equipe de produção técnica. A reprodução bem como sua distribuição aos alunos ficará a cargo de cada IPES.

18.3.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não só análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também a dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Dentre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EaD e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Avaliação Institucional

A avaliação institucional deverá realizada seguindo os parâmetros nacionais de Educação e as diretrizes definidas pela UFSM.

13.3.4 Avaliação dos Subsistemas de EaD

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Gestão Pública Municipal tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso.

Para tanto, será aplicada a avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada pelos atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles, estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- desempenho do estudante;
- desempenho dos professores-tutores;
- desempenho dos professores formadores;
- adequação do sistema de tutoria;
- adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- desempenho da coordenação do curso; e
- eficácia do programa.

Como instrumentos de avaliação serão utilizados os descritos no Regimento do Curso.

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos

atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

18.3.1 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque no contexto da EaD o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, então, ao organizar o material didático do curso de Gestão Pública Municipal, é levar o estudante a questionar aquilo que julga saber e, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Gestão Pública Municipal e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que, possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

Por isso, é importante desencadear processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

As avaliações do desempenho do estudante serão regidas pelo (Espaço para texto da IPES - dispositivo legal institucional dos Cursos de Especialização da IPES).

O estudante será avaliado em três situações distintas:

- durante a oferta das disciplinas, a partir de atividades realizadas a distância, como pesquisas, exercícios, e outras tarefas planejadas para o desenvolvimento da disciplina;
- durante os encontros presenciais, a partir da realização de provas, apresentação de trabalhos e realização de outras tarefas propostas no encontro; e

- ao final do curso, com a elaboração do TCC e respectiva defesa em banca examinadora.

Nessas situações de avaliação, os tutores e os professores formadores deverão estar atentos para observar e fazer o registro dos seguintes aspectos: a produção escrita do estudante, seu método de estudo, sua participação nos Encontros Presenciais, nos fóruns e nos bate-papos; se ele está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das disciplinas, se é capaz de posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente à sua prática profissional (dimensão cognitiva) e na realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.

18.3.2 PROCESSO DE ORIENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

São processos que, na EaD, não há como separá-los, pois a avaliação é realizada pelo sujeito que acompanha e orienta o estudante em seu estudo e aprendizagem.

O orientador deve participar da discussão, com os professores responsáveis pelas disciplinas, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem e dos Seminários Temáticos.

No desenvolvimento do curso, o orientador é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada aluno sob sua orientação. Além disso, deve estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de auto-aprendizagem.

O orientador, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o aluno, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, expectativas, realizações, dúvidas, dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Cabe a cada IPES, a partir de suas diretrizes, organizar o processo de orientação dos alunos. Em razão da necessidade de interlocução profícua, estabelece-se a relação de um orientador de 5 até 15 alunos, a ser orientado em seu projeto de pesquisa visando o Trabalho Monográfico a ser apresentado ao final do curso, conforme estabelecido no Regimento do Curso.

O TRABALHO DO AUTOR, ENTÃO, AO ORGANIZAR O MATERIAL DIDÁTICO DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, É LEVAR O ESTUDANTE A QUESTIONAR AQUILO QUE JULGA SABER E, PRINCIPALMENTE, PARA QUE QUESTIONE OS PRINCÍPIOS SUBJACENTES A ESSE SABER.

NESSE SENTIDO, A RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA COLOCA-SE COMO IMPERATIVO NO TRATAMENTO DOS CONTEÚDOS SELECIONADOS PARA O CURSO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E A RELAÇÃO INTERSUBJETIVA E DIALÓGICA ENTRE PROFESSOR-ESTUDANTE, MEDIADA POR TEXTOS, É FUNDAMENTAL.

O QUE INTERESSA, PORTANTO, NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM É ANALISAR A CAPACIDADE DE REFLEXÃO CRÍTICA DO ALUNO FRENTE A SUAS PRÓPRIAS EXPERIÊNCIAS, A FIM DE QUE, POSSA ATUAR DENTRO DE SEUS LIMITES SOBRE O QUE O IMPEDE DE AGIR PARA TRANSFORMAR AQUILO QUE JULGA LIMITADO NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

POR ISSO, É IMPORTANTE DESENCADEAR PROCESSO DE AVALIAÇÃO QUE POSSIBILITE ANALISAR COMO SE REALIZA NÃO SÓ O ENVOLVIMENTO DO ESTUDANTE NO SEU COTIDIANO, MAS TAMBÉM COMO SE REALIZA O SURGIMENTO DE OUTRAS FORMAS DE CONHECIMENTO, OBTIDAS DE SUA PRÁTICA E DE SUA EXPERIÊNCIA, A PARTIR DOS REFERENCIAIS TEÓRICOS TRABALHADOS NO CURSO.

AS AVALIAÇÕES DO DESEMPENHO DO ESTUDANTE SERÃO REGIDAS CONFORME DEFINIDO NO REGIMENTO DO CURSO.

O ESTUDANTE SERÁ AVALIADO EM TRÊS SITUAÇÕES DISTINTAS:

- 19 DURANTE A OFERTA DAS DISCIPLINAS, A PARTIR DE ATIVIDADES REALIZADAS A DISTÂNCIA, COMO PESQUISAS, EXERCÍCIOS, E OUTRAS TAREFAS PLANEJADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA DISCIPLINA;
- 20 DURANTE OS ENCONTROS PRESENCIAIS, A PARTIR DA REALIZAÇÃO DE PROVAS, APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS E REALIZAÇÃO DE OUTRAS TAREFAS PROPOSTAS NO ENCONTRO; E
- 21 AO FINAL DO CURSO, COM A ELABORAÇÃO DO TCC E RESPECTIVA DEFESA EM BANCA EXAMINADORA.

NESSAS SITUAÇÕES DE AVALIAÇÃO, OS TUTORES E OS PROFESSORES FORMADORES DEVERÃO ESTAR ATENTOS PARA OBSERVAR E FAZER O REGISTRO DOS SEGUINTE ASPECTOS: A PRODUÇÃO ESCRITA DO ESTUDANTE, SEU MÉTODO DE ESTUDO, SUA PARTICIPAÇÃO NOS ENCONTROS PRESENCIAIS, NOS FÓRUNS E NOS BATE-PAPOS; SE ELE ESTÁ ACOMPANHANDO E COMPREENDENDO O CONTEÚDO PROPOSTO EM CADA UMA DAS DISCIPLINAS, SE É CAPAZ DE POSICIONAMENTOS CRÍTICO-REFLEXIVOS FRENTE ÀS ABORDAGENS TRABALHADAS E FRENTE À SUA PRÁTICA PROFISSIONAL (DIMENSÃO COGNITIVA) E NA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS DE CASO E DE PESQUISA, A PARTIR DE PROPOSIÇÕES TEMÁTICAS RELACIONADAS AO SEU CAMPO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, ENTRE OUTROS FATORES.

MONITORAMENTO DO PERCURSO DO ESTUDANTE: É MUITO IMPORTANTE QUE, ALÉM DA FIGURA DO ORIENTADOR, ALGUÉM DA EQUIPE TÉCNICA DE SUPORTE DO AVA MONITORE A PARTICIPAÇÃO DO ESTUDANTE NO CURSO E PRODUZA RELATÓRIOS QUINZENAIOS PARA O ORIENTADOR TER UM QUADRO DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DA TURMA SOB SUA RESPONSABILIDADE.

21.1.1 PROCESSO DE COMUNICAÇÃO-INTERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES

Em função de uma das principais características do ensino a distância, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão: telefone, chat, webconferência, dentre outros.

Como processos de comunicação diacrônicos serão utilizados: fóruns, e-mails, dentre outros.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo Tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso de Gestão Pública Municipal pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.

21.1.2 CRIAÇÃO DE AMBIENTES VIRTUAIS QUE FAVOREÇAM O PROCESSO DE ESTUDO DOS ALUNOS

Na EaD, presencialidade ganha sentido de “estar juntos”, mesmo estando a distância. Isso é possível, graças também às Novas Tecnologias da Comunicação e à criação dos ambientes virtuais de aprendizagem que, a cada ano que passa, vão se desenvolvendo e propiciando interatividade, o diálogo entre os sujeitos da ação educativa, mesmo estando em espaços e momentos diferentes. Por isso, deve-se fazer opção por uma plataforma que possibilite aos professores, orientadores e alunos o encontro, o diálogo, as trocas de saberes, a produção coletiva e colaborativa.

22 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade deve ser construída pela equipe pedagógica na organização curricular do curso, desenvolvida pelos professores autores no material didático, materializada e vivida pelos orientadores e estudantes nos Seminários Temáticos. Tem-se como objetivo principal propiciar ao estudante abordagem integradora entre os conteúdos das diferentes áreas de conhecimento e diante de uma realidade sistêmica e complexa.

23 Infra-estrutura Física

O Curso, oferecido na modalidade de educação a distância, para possibilitar processos interativos entre os sujeitos envolvidos no curso, deverá contar com o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com material impresso e biblioteca e, se possível, com videoconferência e videoclipes

O material didático principal será o impresso, composto por Textos de Apoio elaborados especificamente para esse curso. O autor e o professor especialista poderão indicar Leituras Complementares (Textos, artigos, programas, filmes), que serão disponibilizadas no AVA, além de alguns exemplares estarem disponíveis na biblioteca dos Pólos.

Os Encontros Presenciais acontecerão nas instalações dos Pólos de Apoio Presencial ou junto à sede do curso na Universidade Federal de Santa Maria, quando assim convier. Cada Pólo deve contar com laboratório de computação, com acesso à web (banda larga), bem como de projetores multimídia, aparelhos de TV e DVD e retro-projetores, além de biblioteca e salas de aula.

Todos os atores da estrutura pedagógica de EaD têm como função básica assistir ao estudante, acompanhá-lo e motivá-lo ao aprendizado.

24 Processo Seletivo

A admissão ao Curso será feita mediante processo público de seleção regulamentada por edital específico.

25 Sistemas de Avaliação

25.1 Avaliação do desempenho de estudante

A avaliação é um processo contínuo, cumulativo, descritivo, compreensivo, cujo objetivo principal é possibilitar aos sujeitos da prática educativa (professores, estudantes, orientadores, coordenadores) acompanharem o desenvolvimento do Projeto Pedagógico.

Nesse sentido, pressupõe análises e reflexões relativas às dimensões estruturais e organizacionais do projeto, numa abordagem didático-pedagógica, como também as dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação.

Cada conteúdo (disciplina) terá um valor expresso em horas de aula. A carga horária relativa a cada conteúdo só será conferida ao estudante que obtiver conceito mínimo “B-”.

A avaliação do estudante será por diferentes formas de participação do aluno em ambientes de ensino-aprendizagem, sendo que a avaliação presencial ao final de cada disciplina deverá ter um peso de no mínimo 60% da avaliação de cada disciplina. O aproveitamento em cada disciplina será avaliado pelo professor, em razão do desempenho relativo do aluno em atividades virtuais, provas, pesquisas, seminários,

trabalhos individuais ou coletivos e/ou outros a critério do professor, sendo atribuído no final um dos conceitos de acordo com o regimento do curso.

18 Avaliação do curso

A COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (CONAES) por meio do SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES) propõe orientações gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições. Neste sentido, o item 18. Avaliação do curso disposto na página 65 (sessenta e cinco) do Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal– CEGP, dispõe que caberá ao colegiado do curso fazer o acompanhamento pedagógico do curso e respectiva avaliação externa a partir das orientações estabelecidas pelo SINAES. De modo específico, busca-se com esse item, guardadas as devidas proporções de um curso de especialização, abranger as seguintes dimensões propostas pelo SINAES:

1. Contexto Educacional – verificar se o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) permite a promoção na qualificação da educação superior das regiões dos Polos de oferta, por meio da pós-graduação lato sensu (especialização) dos alunos, bem como se os trabalhos finais e essas titulações promovem o desenvolvimento econômico e a demanda do setor produtivo da região, e a progressão para cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado);
2. Responsabilidade social da instituição – verificar se o PPC contribui em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural de cada uma das regiões dos Polos onde estão sendo ofertados o curso;
3. Comunicação com a sociedade – verificar se o PPC consegue promover o exercício da comunicação com a sociedade, por meio de seus professores e alunos no momento das disciplinas e principalmente no momento do trabalho final de curso;
4. Infra-estrutura física – verificar se a infra-estrutura física para coordenação e secretaria estão adequadas as demandas de cada edição do curso;
5. Planejamento e avaliação – verificar os processos, resultados e eficácia da oferta das disciplinas e suas avaliações (trabalhos; provas e trabalhos finais); e
6. Políticas de atendimento aos estudantes – verificar se há o atendimento eficiente das necessidades e questionamentos dos estudantes, seja por parte de professores, de tutores, da coordenação ou mesmo da secretaria.

Note-se que as dimensões originais do SINAES servem como balizadores da avaliação proposta para esse curso de especialização.

26 Orçamento

O orçamento será feito pelo NTE/UFSM de acordo com recursos do governo federal.

20 Currículo Lattes - Resumido do Corpo Docente

Vânia Medianeira Flores Costa – Coordenadora do Curso

Graduada em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (1992), mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) e doutorado em Administração pela Universidade Federal da Bahia (2008). Atualmente é professora Adjunta do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Santa Maria. É pesquisadora associada à linha de pesquisa Sistema, Estruturas e Pessoas do Mestrado em Administração da Universidade Federal de Santa Maria e ao Núcleo de Estudos Indivíduo, Organizações e Trabalho da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Gestão de Pessoas, atuando principalmente nos seguintes temas: comprometimento, clima organizacional, mudança organizacional, motivação, satisfação e comportamento organizacional.

Italo Fernando Minello – Coordenador de Tutoria e de Material

Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria/UFSM (1988), Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998) e Doutorado em administração pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo FEA/USP (2010). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Sistemas de Informações, Marketing, Gestão de Pessoas e Insucesso Empresarial.

Breno Augusto Diniz Pereira

Possui graduação em Curso de Administração pela Universidade Federal de Viçosa (1997), mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999) e doutorado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005). Atualmente é professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Maria e Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA/CCSH/UFSM) . Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Cooperação, estratégias interorganizacionais, conflitos, inovação e patologias organizacionais.

Cláudia Maffini Gomes

Possui formação em nível de Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (1987), de Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2000), de Doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo - FEA/USP com Estágio Doutoral na Bocconi University em Milão, Itália (2007), de Pós-Doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo - FEA/USP (2011-2014) e de Aperfeiçoamento na Metodologia do Estudo de Caso na Harvard University (2011-2012). Atualmente exerce as funções de Professora Adjunta do Departamento de Ciências Administrativas da UFSM, Coordenadora Operacional do Curso de Doutorado Interinstitucional em Administração da FEA/USP em convênio com a Universidade Federal de Santa Maria e a UNIPAMPA (DINTER/CAPES), Pesquisadora Bolsista de Produtividade (PQ2/CNPq), Consultora Ad-hoc da CAPES/MEC, Consultora Ad-hoc do Instituto de Pesquisas Educacionais INEP/MEC e Consultora Ad-hoc da Secretaria de Ciência e Tecnologia SETEC/MEC. Entre as atividades desenvolvidas, destacam-se ainda, a Editoria da Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria (Qualis B1). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em:

Estratégia em Organizações, Gestão da Inovação Tecnológica e Desenvolvimento Sustentável.

Flavia Luciane Scherer

Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (1994), mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) e doutorado em administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Estratégica, atuando principalmente nos seguintes temas: marketing e negócios internacionais.

Guerino Antonio Tonin

Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (1974), graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (1976), especialização em Gerenciamento Estratégico e Financeiro pela Universidade Federal de Santa Maria (1980) , especialização em Metodologia do Ensino Jurídico pela Universidade Federal de Santa Maria (1977) , mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) e aperfeiçoamento em Técnicas de Pesquisa Survey pelo Fundação Centro Nacional Aperfeiçoamento Pessoal para Formação Profissional (1979) . Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Maria. Atuando principalmente nos seguintes temas: Mudança, Ambiente, Estratégia.

José Odim Degrandi

Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (1974), mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1983) e doutorado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul-RS (2012). É professor Adjunto IV do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência em elaboração de estudos de viabilidade de empreendimentos públicos, empresariais e comunitários.

Luis Felipe Dias Lopes

Possui graduação em Matemática Licenciatura Plena pela Faculdade Imaculada Conceição (1988), mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (1994) e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001). Atualmente é Professor Associado do Departamento de Administração da Universidade Federal de Santa Maria. Publicou 60 artigos em periódicos especializados destes, 2 artigos publicados em 2011 e 4 aceitos para publicação. Publicou 305 trabalhos em anais de eventos. Possui 4 livros publicados e 3 capítulos de livros.

Paulo Sérgio Ceretta

Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (1992) , especialização em Estatística e Modelagem Quantitativa pela Universidade Federal de Santa Maria (2008) , mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (1995) e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001) . Atualmente é PROFESSOR ASSOCIADO da Universidade Federal de Santa Maria, Revisor de periódico da REAd. Revista Eletrônica de Administração, Revisor de periódico da Revista Brasileira de Finanças, Revisor de periódico da Revista de Ciências da Administração (CAD/UFSC), Revisor de periódico da Latin American Business Review (Binghamton), Revisor de periódico da Redes (Santa Cruz do Sul), Revisor de periódico da Custos e @gronegócio Online, Membro de corpo

editorial da Sociais e Humanas, Revisor de periódico da RAM. Revista de Administração Mackenzie (Online) e Revisor de periódico da Ciência Rural (UFSM. Impresso). Tem experiência na área de Administração , com ênfase em Administração de Empresas. Atuando principalmente nos seguintes temas: FINANÇAS, MERCADO DE AÇÕES, previsibilidade, Quociente de variância, Caminho aleatório.

Robson Machado da Rosa

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Maria, especialista em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente é professor assistente do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Lúcia Rejane da Rosa Gama Madruga

Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (1988), Licenciatura Plena Em Matemática - Centro Universitário Franciscano (1984), mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (1994) e doutorado em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na gestão pública universitária e atua na área de administração, com ênfase em gestão de pessoas, gestão pública, agronegócios, sustentabilidade, responsabilidade socioambiental e aprendizagem social.

Marcelo Trevisan

Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (1997), mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001) e doutorado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2013). Atualmente é pesquisador colaborador em grupo de pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, integrante de projeto de pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor adjunto da Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Gestão Socioambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: ecologia industrial, desenvolvimento sustentável, gestão ambiental, inovação.

Mauri Leodir Löbler

Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (1992), mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (1998) e doutorado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Santa Maria, detém o cargo de Vice-Diretor do Centro de Ciências Sociais e Humanas, participante e líder de Grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Atua como avaliador de artigos da REAd. Revista Eletrônica de Administração editada pelo PPGA/EA/UFRGS e da Revista Brasileira de Gestão de Negócios. Os interesses de pesquisa relacionam-se principalmente aos seguintes temas: decisão, informação, administração e sistemas de informações.

Pascoal José Marion Filho

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria (1982), mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1987) e doutorado em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de

Queiroz (1997). Atualmente é professor associado I da Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Organização Industrial e Estudos Industriais, atuando principalmente nos seguintes temas: indústria de móveis, indústria, competitividade, carne bovina e arranjos produtivos locais.

Reisoli Bender Filho

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2003), mestrado em Economia do Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2006) e Doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (2011). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Internacional e Macroeconomia, atuando principalmente nos seguintes temas: comércio internacional, barreiras comerciais, mercado carne bovina, acordos comerciais, flutuações cíclicas, métodos matemáticos e econometria.

Roberto da Luz Júnior

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria (1979), especialização em Especialização Em Economia Regional e Urbana pela Universidade de São Paulo (1984) e mestrado em Economia pela Universidade de São Paulo (1989). Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Métodos e Técnicas do Planejamento Urbano e Regional. Atuando principalmente nos seguintes temas: Renovação Urbana, Urbanismo, Economia Urbana, Valor Fundiário Urbano, Políticas Públicas e Adensamento Ocupacional.

Vania de Fátima Barros Estivalete

Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (1986), mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (1997) e doutorado em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência em gestão pública tendo exercido o mandato de Coordenadora no Curso de Administração da UFSM e Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da UFSM (2010-2013). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de Administração atuando principalmente nas seguintes áreas: gestão de pessoas, relacionamentos interorganizacionais, comportamento organizacional, aprendizagem e desenvolvimento sustentável.

Vitor Francisco Schuch Júnior

Possui graduação em Administração(1970) e Pedagogia (1971) pela Universidade Federal de Santa Maria, mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1976) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1995). Atualmente atua na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como Professor Colaborador Voluntário, no Curso de Graduação em Administração, na disciplina de Pesquisa em Administração e no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA/UFSM), onde leciona as disciplinas de Métodos e Técnicas de Pesquisa e de Didática do Ensino Superior, orienta alunos do Curso de Mestrado e desenvolve projetos de pesquisa e extensão. É responsável pela disciplina de Metodologia Científica do Curso de Especialização na modalidade EAD, em Gestão Pública, na UFSM/UAB, desde 2010. Atua também como Professor Titular na Faculdade de Tecnologia de Porto Alegre - Faculdade QI, aonde participa das disciplinas de Projetos Interdisciplinares, Plano de Gestão e de Negócios e como orientador no NADD. Tem experiência na área de Administração Universitária, dedicando-se, principalmente, ao estudo de Estrutura e Gestão de Universidades, Educação Superior com ênfase em Avaliação Institucional e de

Cursos e Formação de Administradores e Ensino de Administração e de EAD na área. Atua junto ao INEP, como avaliador de IES e de cursos e como membro da Comissão Assessora de Avaliação da Área de Administração, bem como no processo de supervisão de pólos de EAD, da SEED/MEC, da UAB/CAPES. Universidades, Educação Superior com ênfase em Avaliação Institucional e de Cursos e Formação de Administradores e Ensino de Administração e de EAD na área. Atua junto ao INEP, como avaliador de IES e de cursos e como membro da Comissão Assessora de Avaliação da Área de Administração, bem como no processo de supervisão de pólos de EAD, da SEED/MEC, da UAB/CAPES.

REFERÊNCIAS

- ABRÚCIO, Fernando L.; COUTO, Cláudio G. A redefinição do papel o Estado no âmbito local. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 3, p. 40-47, 1996.
- ABRÚCIO, Fernando L. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. In: **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 39, n. 2, p. 401-420, mar./abr. 2005.
- BANCO MUNDIAL. **Brasil: elementos de uma estratégia de cidades**. *Document of the World Bank*. Relatório Nº 35749-BR. Brasília: Banco Mundial/Departamento do Brasil, novembro 2006. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTBRAZIL/Resources/Cidadesbr.pdf>>. Acesso em 12/07/2008.
- BRANDIÃO, Hugo J.; PALASSI, Márcia P.; FERREIRA, Dirce N. A. **Administração Pública**. Campo Grande/MS: MEC/UAB-UFMS, 2007.
- COSTA, Marisa V. Discutindo a escola básica em tempos de neoliberalismo: uma conversa introdutória. In: COSTA, Marisa V. (org.). **Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo**. São Paulo: Cortez, 1996.
- KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? In: **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 40, n. 3, p. 479-499, mai./jun. 2006.
- PINHO, José A. G.; SANTANA, Mercejane, W. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. Programa Gestão Pública e Cidadania. In: **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v. 20, 2001. Disponível em: http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2020.pdf. Acesso em: 12 jul. 2008.
- PRETI, Oreste. (Org.) **Educação a Distância**: inícios e indícios de um percurso. Cuiabá: NEAD/IE, UFMT, 1996.

APÊNDICES

ATUALIZAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Considerando as experiências das Instituições Públcas de Ensino Superior na oferta dos cursos do PNAP a partir de 2009 nos polos de apoio presencial do Sistema Universidade Aberta do Brasil, a DED/CAPES facultará o acréscimo de três disciplinas complementares aos Projetos Pedagógicos dos três cursos de Especialização do Programa. Nesse sentido, o curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, poderá apresentar um total de 480 horas, caso a IES opte por inserir na matriz curricular do curso as seguintes disciplinas: Introdução a Modalidade EaD, Metodologia da Pesquisa e Monografia.

II SEMESTRE 2014 - Módulo Básico:

Ord.	Disciplina - Nivelamento	C. H.
1	Introdução a Modalidade EaD	30
-	TOTAL DE HORAS/AULA	30

Ord.	Disciplinas	C. H.
1	Estado, Governo e Mercado	30
2	O Público e o Privado na Gestão Pública	30
3	Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro	30
4	Políticas Públicas	30
5	Planejamento Estratégico Governamental	30
6	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30
7	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30
-	TOTAL DE HORAS/AULA	210

I SEMESTRE 2015 Módulo Complementar: Gestão Pública Municipal

Ord.	Disciplina - Nivelamento	C. H.
1	Metodologia Científica	30
-	TOTAL DE HORAS/AULA	30

Ord.	Disciplina	Carga horária
-		

1	Plano Diretor e Gestão Urbana	30
2	Gestão Tributária	30
3	Gestão de Redes Públicas e Cooperação	30
4	Gestão Democrática e Participativa	30
5	Gestão Logística	30
6	Elaboração e Avaliação de Projetos	30
7	Processos Administrativos	30
-	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	210

II SEMESTRE 2015 – TRABALHO DE CONCLUSÃO

Ressalta-se que os três cursos do PNAP possuem 18 meses de duração, assim, as disciplinas acima serão ofertadas em dois semestres e um semestre será somente para a elaboração do Trabalho de Conclusão do curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal – Modalidade a Distância.

ANEXOS

ANEXO 1 – ATA DE APROVAÇÃO NO COLEGIADO

ANEXO 2 – CARTAS DE ANUÊNCIA DOS DOCENTES

ANEXO 3– PLANILHA DE OFERTA DE CURSOS

Planilha de Oferta de cursos

Planilha de Oferta de Cursos								
REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	CURSO	CURSO TIPO (MODALIDADE)	IPES	VAGAS	PREVISÃO PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO	PREVISÃO PARA INÍCIO DOS CURSOS
Sul	RS	Cachoeira do Sul	GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	Lato Sensu	UFSM	30	Maio/2014	Agosto/2014
Sul	RS	Jacuizinho	GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	Lato Sensu	UFSM	20	Maio/2014	Agosto/2014
Sul	RS	Palmeira das Missões	GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	Lato Sensu	UFSM	30	Maio/2014	Agosto/2014
Sul	RS	Restinga Sêca	GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	Lato Sensu	UFSM	35	Maio/2014	Agosto/2014
Sul	RS	Sapucaia do Sul	GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	Lato Sensu	UFSM	20	Maio/2014	Agosto/2014
Sul	RS	Sobradinho	GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	Lato Sensu	UFSM	25	Maio/2014	Agosto/2014
Total Vagas						160		

